



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

JÚLIA VITÓRIA DOS SANTOS SILVA

**DESAFIOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Florianópolis

2023

Júlia Vitória dos Santos Silva

**DESAFIOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Márcia Lohmeyer

Florianópolis

2023

Júlia Vitória dos Santos Silva

**DESAFIOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharel em Serviço Social” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, 27 de julho de 2023.

Profª. Dra. Heloísa Teles
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Andréa Márcia Lohmeyer
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

1º Examinadora Profª. Dra. Heloísa Teles
UFSC

2º Examinadora Lirous K’yo Fonseca Ávila
Assistente Social

FICHA CATALOGRÁFICA BU

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Júlia Vitória
DESAFIOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES
TRANS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA / Júlia
Vitória Silva ; orientadora, Andréa Márcia Lohmeyer , 2023.
100 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis,
2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Acesso e Permanência. 3. Ensino
Superior. 4. Estudantes Trans. I. Lohmeyer , Andréa Márcia
. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Serviço Social. III. Título.

Dedico este trabalho à Universidade Federal de Santa Catarina em especial todos/as estudantes Trans que fizeram parte desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Desde muito nova aprendi sobre a importância de agradecer e destinar tal ato às pessoas que me cercam ao longo desse processo evolutivo que é a vida.

Por isso, registro aqui, a minha eterna gratidão aos meus pais, Juliano Patrício e Maria da Conceição, que desde sempre me ensinou a importância e a revolução do estudo e sem eles nada disso seria possível. Sei o quão difícil foi essa jornada para vocês também. Saibam que tudo que sou e faço é por vocês e para vocês.

Agradeço ao meu irmão Julianderson Patrício que nesse processo de pouco mais de cinco anos me apoiou e ajudou na medida em que podia e conseguia.

Deixo registrado o meu agradecimento e carinho, aos demais familiares que sempre torceram por mim e certamente vibram por essa conquista. Em especial, aos meus avós João Raimundo, pelo afeto e afago de sempre, e minha avó Ivoneide Arruda, apelidada carinhosamente por “Naneide” - Te amo sempre e para sempre, meu pedaço do céu.

Vencemos família!

Quero agradecer a minha parceira de vida, Joana Maria, pela presença e companheirismo nesse processo, e por todo amor dado até aqui. Obrigada por embarcar nessa aventura comigo!

Faço um agradecimento especial aos meus melhores amigos: Lorena Rafaela, Isadora Hanoff e Allan Julião. Quero sempre poder compartilhar a dádiva da vida e da amizade ao lado de vocês. Obrigada pelas incontáveis risadas!

Agradeço às minhas amigas de curso, Harissa Kimura, Brenda Figueiredo, Morgana Luz, Nickole Maier e Lurian Mathozo. Compartilhar essa trajetória com vocês foi mais leve e divertido. Enfim, conseguimos! Que sejamos excelentes profissionais.

Também quero agradecer à Elisani de Almeida Bastos, pela experiência rica e tranquila no campo de estágio e por todo suporte e instrução para a conclusão deste trabalho. Espero ser uma Assistente Social tão competente quanto você, tens todo meu carinho, respeito e admiração.

Agradeço em especial a minha orientadora Andréa Márcia Santiago Lohmeyer pelas dedicadas horas de orientação, pelas incontáveis trocas de saberes ao longo desse processo, além das boas risadas. Agradeço-te de coração! Tens meu carinho e admiração.

Por fim, agradeço à banca examinadora por julgar esse trabalho. Fico feliz que sejam vocês!

*“Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo.
E você tem que fazer isso o tempo todo”.*
(Ângela Davis)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal analisar os desafios institucionais à permanência de estudantes Trans na Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto, adotamos a metodologia de base quanti-qualitativa e como procedimento de coleta de dados aplicamos um questionário, visando compreender a percepção desses estudantes para as condições de acesso e permanência dentro da Universidade. Em relação ao *corpus* da pesquisa definimos os/as estudantes Trans regularmente matriculados, no semestre 2023/1, no curso de graduação em Serviço Social da UFSC. Entre os principais resultados apontados a partir da percepção desses estudantes estão: *i*) a necessidade de ações permanentes que fortaleçam a comunicação e informação aos estudantes Trans sobre os serviços ofertados pela UFSC, não sendo apenas disponibilizados pelos sítios institucionais, *ii*) a oferta permanente de capacitação por meio de cursos, palestras para servidores (técnicos e docentes), estudantes e terceirizados, para que se amplie o diálogo sobre uma maior conscientização ao combate da transfobia na UFSC, *iii*) a ampliação de vagas/cotas específicas para todos/as os/as estudantes Trans que demandem esse benefício, além da ampliação dos auxílios oferecidos pela PRAE, relacionados à bolsa permanência; auxílio moradia; moradia estudantil e ademais benefícios assistenciais, *iv*) a realização de mapeamento quanti-qualitativo permanente dos/as estudantes Trans que ingressam e permanecem no(s) curso(s), visando uma maior aproximação à realidade e necessidades acadêmicas, econômicas, sociais e sócio-emocionais, *v*) a ampliação de campanhas contra a Transfobia e, *vi*) um maior preparo e/ou qualificação dos/as profissionais que atuam nos setores institucionais, sobretudo aqueles que se encontram em coordenadorias da PROAFE.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso e Permanência. Ensino Superior. Estudantes Trans.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Em relação ao ano de nascimento dos/as estudantes Trans.....	48
Gráfico 2 – Sobre orientações para a inclusão do nome social junto UFSC.....	49
Gráfico 3 – Sobre pessoas com deficiência.....	51
Gráfico 4 – Sobre identidade de gênero.....	51
Gráfico 5 – Sobre orientação sexual.....	52
Gráfico 6 – Sobre a situação de moradia.....	57
Gráfico 7 – Sobre a dependência financeira da família.....	57
Gráfico 8 – Sobre trabalho/emprego.....	59
Gráfico 9 – Sobre as necessidades acadêmicas.....	59
Gráfico 10 – Sobre as orientações institucionais à permanência estudantil.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de estudantes do curso de Serviço Social segundo ano de ingresso.....	47
Tabela 2 – Abandono e desistência segundo ano de ingresso no Serviço Social.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fatores internos e externos ligados à evasão.....	60
Quadro 2 – Descritores de evasão segundo a Resolução 17/CUn/1997.....	61
Quadro 3 – Ações que fortaleçam a comunicação e informação aos estudantes.....	63
Quadro 4 – Ações relacionadas à oferta de cursos de capacitação aos servidores (docentes e TAEs), estudantes e terceirizados.....	63
Quadro 5 – Ações relacionadas à reserva de vagas e ampliação do alcance dos benefícios de assistência estudantil.....	63
Quadro 6 – Ações relacionadas ao mapeamento quanti-qualitativo dos/as estudantes Trans.....	64
Quadro 7 – Ações relacionadas à realização de campanhas frequentes contra a transfobia.....	64
Quadro 8 – Ações de qualificação para setores da Universidade.....	65

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEH	Associação em Defesa dos Direitos Humanos
ANTRA	Associação Nacional de Transexuais e Travestis
ANPUH	Associação Nacional de História
CAAP	Coordenadoria de Avaliação e Apoio Pedagógico
CAGR	Controle Acadêmico de Graduação
CALISS	Centro Acadêmico Livre de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CF 88	Constituição Federal de 1988
COAES	Coordenadoria de Assistência Estudantil
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
CUn	Conselho Universitário
CDGEN	Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FMB	Faculdade de Medicina de Botucatu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IBRAT	Instituto Brasileiro Transmasculinidades
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
MEC	Ministério da Educação
NDI	Núcleo de Desenvolvimento Infantil
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGS	Organizações Não Governamentais
PCD	Pessoa com Deficiência
PIBE	Programa Institucional de Bolsas de Estágio
PET	Programa de Educação Tutorial

PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PRAE	Pró Reitoria de Assistência Estudantil
PROAFE	Pró Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SINAJUVE	Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude
SeTIC	Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TGEU	Transgender Europe
PUC-RJ	Universidade Católica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UDF	Universidade do Distrito Federal
UEPA	Universidade do Estado do Amapá
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFABC	Universidade Federal do ABC Paulista
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UnB	Universidade de Brasília
UNBE	Universidade do Estado da Bahia
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	18
2.1 O fenômeno da evasão escolar e seus rebatimentos na permanência	20
2.2 A recente política de acesso e permanência nas Universidades	22
2.3 Contextualização da Política de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	25
2.4 A Estrutura das ações de permanência estudantil para estudantes trans na ufsc.....	27
3 PESSOAS TRANS NA EDUCAÇÃO: DIREITO, ACESSO E PERMANÊNCIA	30
3.1 Pessoas trans e as expressões da Questão Social que atravessam o cotidiano	32
3.2 Percursos vividos na Educação: da Educação Básica ao Ensino Superior	36
3.3 A precarização das relações entre a Política Educacional Brasileira e as pessoas trans no Ensino Superior	39
4 DESAFIOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS NA UFSC	45
4.1 Percurso Metodológico.....	45
4.2 O Serviço Social na garantia de direitos sociais na Educação	48
4.3 Resgate histórico da inserção da primeira mulher trans na ufsc e a disputa para a inclusão do nome social.....	48
4.4 Caracterização dos/as estudantes trans do Curso de Serviço Social	50
4.5 Aspectos socioeconômicos e pedagógicos dos/as estudantes trans.....	59
4.6 O que pensam os estudantes trans sobre os desafios institucionais á permanência.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A – Questionário aos participantes da pesquisa.....	78
APÊNDICE B – Minuta em Revisão.....	93

1 INTRODUÇÃO

A aproximação pela temática da permanência estudantil voltada a estudantes Trans no ensino superior surgiu a partir da experiência no campo de estágio supervisionado em Serviço Social (I, II e III), em 2021-2022, junto à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE),¹ no setor da Coordenação de Diversidade Sexual e Enfrentamento à Violência de Gênero (CDGEN). A partir dessa vivência, foi possível uma aproximação ao cotidiano acadêmico de estudantes Trans e maior aproximação às condições objetivas e subjetivas que atravessam a permanência na universidade.

Entendemos o nosso limite do “lugar de fala”, enquanto mulher Cis, discutindo e estudando a temática sobre pessoas Trans no Ensino Superior. Contudo, também acreditamos que nessa e em outras lutas se faz necessário aliados/as. Assim, somamos aos/as autores, artistas, pesquisadores, e toda população Trans que faz da luta a sua causa de vida e todos/as aqueles/as que estão na linha de frente, bem como aos que estão no cotidiano da vivência dos processos de exclusão. Julgamos, portanto, importante reconhecê-los/las, admirá-los/las e abraçá-los/las. Diante disso, afirmamos a importância de nos unirmos para combater o conservadorismo, a LGBTQIAPN+fobia, a transfobia e a intolerância.

No desenho constitucional atual, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF 88) e da Lei de Diretrizes de Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), a educação deve ser um direito de todos/as, bem como dever e responsabilidade do Estado brasileiro, da família, no cumprimento do objetivo do desenvolvimento pessoal, bem como o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Contudo, seu acesso não é ainda assegurado à maioria daqueles que desejam cursar um ensino superior, sobretudo, público. Segundo dados da Comissão Permanente de Vestibular (Coperve), da UFSC, entre 2019 e 2021, em relação aos candidatos/as Trans, que usaram seu nome social, inscritos/as nos vestibulares de 2019, 2020, 2022 e 2023, registraram 19 (0,07%), 21 (0,08%), 32 (0,18%) e 73 (0,31%), respectivamente. Muito embora tenha havido um crescimento nas inscrições, de candidatos/as que solicitaram o uso do nome social, de mais de 280% desses estudantes, o quantitativo não chegou a 1% do total dos/as inscritos/as.

Segundo a Coperve existe um desconhecimento por parte dos/as candidatos/as quanto

¹ Criada por meio da Resolução Normativa nº 165/2022/ do CUn, de 26 de julho de 2022, a partir da transformação da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), como um dos compromissos da Gestão 2022-2026 do reitor Irineu Manoel de Souza e da vice-reitora Joana Célia dos Passos em nomeação no dia 05 de julho de 2022.

ao uso do nome social na ficha de inscrição. Em algumas vezes esses candidatos/as repetem, nesse campo de preenchimento colocando muitas vezes o nome civil, ou incluem um “apelido”, ou preenchem o nome da mãe ou pai neste campo. Em contato informal profissionais da Coperve, eles informaram que sempre que é possível identificar que se trata de um erro no preenchimento do campo a própria Coperve se encarrega da correção em sua base de dados. Outra situação bastante comum é a pessoa não ter o nome social registrado oficialmente em seu documento de identidade, informando somente no ato da inscrição no Vestibular, o que leva a dificuldades na identificação da pessoa para acesso ao local de prova.

Existem alguns avanços em relação aos marcos normativos que visam assegurar com ações públicas nas universidades a permanência estudantil, entre eles os Decretos nº 7.234/2010 e 7.824/2012, em âmbito federal, que determinam a promoção da inclusão na educação, a democratização das condições de permanência e minimização dos efeitos das várias desigualdades sociais. Contudo, se faz necessário assegurar efetivamente tanto o acesso, quanto a permanência de estudantes da classe trabalhadora, advindos de territórios periféricos, entre esses os/as estudantes Trans.

Paradoxalmente, temos acompanhado o retrocesso no campo das políticas públicas sociais, sobretudo nos últimos quatro anos de (des)governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023), com impactos diretos na educação superior, tendo em vista os cortes orçamentários, como a PEC nº 241/2016, apresentada pelo ex-Presidente Michel Temer, na época presidente do Brasil, que sucedeu o cargo após o *Impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. O governo golpista estabeleceu como prioridade a Emenda Constitucional nº 241 – a PEC do Teto de Gastos Públicos, que regula pelos próximos 20 anos a forma como o Estado brasileiro irá destinar as suas verbas orçamentárias, impactando diretamente na permanência dos/as estudantes, caracterizado como minorias no espaço do ensino superior público.

Assegurar não somente o acesso ao ensino superior, mas a permanência vai muito além das políticas de acesso. É necessário que a universidade cumpra a sua função social enquanto instituição pública e social para quem nela deseja entrar. Portanto, é imprescindível ações voltadas ao âmbito da permanência, considerando à trajetória na formação acadêmica, o aspecto do ingresso e/ou regresso, permanência e conclusão do curso. Este último caracterizado pela formação no período de integralização dos cursos previstos nos Projetos Pedagógicos de cada curso².

² No curso de Serviço Social, segundo o Projeto Pedagógico (UFSC, 2013) o tempo de integralização é de até 16 semestres.

Nesse sentido, a questão central que move o presente estudo é: “Qual a percepção dos estudantes Trans regularmente matriculados/as na graduação da Universidade Federal de Santa Catarina em relação às suas necessidades para a permanência estudantil, bem como as ações institucionais necessárias para assegurar de forma integrada a sua permanência na Universidade?”.

Dos objetivos a serem alcançados nesse TCC estão o objetivo geral: “Analisar, a partir da percepção dos estudantes Trans da graduação do curso de Serviço Social, quais são as ações necessárias no campo da permanência estudantil Trans no ensino superior”. Quanto aos objetivos específicos definimos: i) identificar o perfil de estudantes Trans graduandos/as no curso de Serviço Social na UFSC; ii) resgatar o contexto sóciohistórico da população Trans dentro do ensino educacional com enfoque no ensino superior; iii) analisar os marcos normativos e regulatórios vigentes que tratam da temática dos direitos humanos das pessoas Trans; iv) identificar os conhecimentos e demandas desses estudantes Trans sobre as ações de permanência estudantil na UFSC e por fim, v) identificar as ações necessárias que contribuam para uma política integrada de permanência para estudantes Trans na UFSC.

Definido a questão central e os objetivos, é importante delimitar os aspectos metodológicos da pesquisa. Esta compreendida por Gil (2007, p. 17), como um

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Assim, em relação aos aspectos metodológicos optamos por uma pesquisa empírica (de campo), por estarmos envolvidas justamente nessa formação, o que favorece o processo da pesquisa bem como contribui para o debate interno no curso sobre ações inclusivas de estudantes Trans. A pesquisa tem um aspecto importante e necessário para o reconhecimento da realidade social e na sua intervenção (MARSIGLIA, 2009). Por se tratar de uma temática ainda pouco discutida na Universidade³, caracterizamos essa pesquisa de cariz exploratório, pois “permite uma aproximação de tendências que estão ocorrendo na realidade”, para as quais ainda não temos conhecimento sistematizado e/ou pouco sistematizado (MARSIGLIA, 2009, p. 385). Gil (2007) completa que esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema.

Ainda sobre a metodologia adotada cabe ressaltar que o campo da prática científica é

³ Em junho de 2023 a estudante Trans Mariana Franco defendeu seu TCC tratando da temática de permanência estudantil para estudantes Trans.

considerado um espaço metodológico quadripolar envolvendo quatro polos, a saber: o morfológico, o epistemológico, o teórico e o técnico: “Toda pesquisa engaja, explícita ou implicitamente, estas diversas instâncias; cada uma delas é condicionada pela presença das outras e esses quatro polos definem um campo metodológico que assegura a cientificidade das práticas de pesquisa” (BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE, 1977, p. 35).

Como base de estudo da pesquisa está sustentada na abordagem quanti-qualitativa, entendendo aqui que ambas se complementam, “pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22). Enquanto as características da pesquisa quantitativa de levantamento e quantificação das informações e dados dos sujeitos pesquisados são importantes para responder o problema de pesquisa. Já a característica da pesquisa qualitativa é de compreensão mais profunda dos significados das relações humanas, “[...] dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22), sendo também fundamentais para análise enriquecida do fenômeno pesquisado. Assim sendo, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, e sim, do aprofundamento da compreensão de um grupo social, ou organização.

Em relação aos procedimentos de coleta e análise dos dados definimos como *corpus* da pesquisa de campo (empírica) os/as estudantes Trans da graduação em Serviço Social da UFSC, regularmente matriculados/as no semestre de 2023.1.

Nesse sentido, em relação ao procedimento de coleta de dados que se constitui na “a fase do método de pesquisa em que se indaga e se obtêm informações da realidade, por meio de técnicas” (RODRIGUES, 2011, p. 20), definimos em duas fontes de dados: i) *primários* e ii) *secundários*.

No que concerne às fontes primárias foi aplicado o Instrumento de Coleta de Dados Quanti-qualitativos (ICD-quanti-quali), no formato de um questionário com perguntas fechadas e abertas, acessadas por meio da plataforma livre *Google-forms*. O questionário possibilita recolher informações de um grupo específico de pessoas (RODRIGUES, 2011) e é adequado pela rapidez, alcance e obtenção dos resultados (GIL, 1987). As respostas ao questionário foram obtidas mediante consentimento dos/as pesquisados/as, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, inserido na primeira página do formulário *on line*. Além disso, como complemento aos dados e informações obtidas pela aplicação dos questionários aos participantes, utilizamos a base de dados da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) da UFSC que disponibilizou os microdados da sua base referente às informações constantes no Cadastro

Geral dos Estudantes (CAGR/UFSC). Em relação à fonte secundária optamos pela seleção de Documentos institucionais, dados já publicados oficialmente pela UFSC.

Quanto a sistematização dos dados quantitativos, as ferramentas utilizadas tiveram o apoio dos programas *Word* e *Excel*, permitindo, por conseguinte, o gerenciamento automático dos dados, facilitando o processo de análise dos dados.

Ressaltamos ainda que, muito embora esse estudo não tenha passado formalmente pelo Comitê de Ética, nos comprometemos rigorosamente com as diretrizes previstas pela Resolução nº 512/2006 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Esse TCC está dividido, além da introdução e considerações finais, em mais três capítulos. Os resultados apresentados pretendem contribuir e fomentar um debate de extrema importância na Universidade bem como no curso de Serviço Social, para qualificação dos/as profissionais bem como, servidores, técnicos, professores e terceirizados, além dos/as demais profissionais que atuam no atendimento aos estudantes na área de gestão e planejamento universitário, além da gestão pedagógica do curso.

Nesse sentido, a pesquisa reafirma a importância da população Trans dentro das escolas e universidades e o sucesso em sua formação, que defende um modelo de educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada e de qualidade para todos/as.

2 ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

A constituição e a organização do ensino superior no Brasil vêm passando por transformações. Sua expansão e qualificação são permeadas de contradições, muito embora o entendimento, “quase unânime,” seja de que “a expansão e a qualificação do ensino superior são condições estruturais para um desenvolvimento econômico e social duradouro e consistente no Brasil” (NEVES, MARTINS, 2016, p. 96). Contudo, os autores também afirmam que o nosso ensino superior reflete o país de contrastes que somos; sendo isso “um traço histórico persistente na sociedade como um todo”. Complementam dizendo:

Entre essas peculiaridades está a formação e a coexistência do ensino público (minoritário) com o ensino privado (diferenciado e amplamente majoritário em termos de matrícula e do número de instituições de ensino) e um regime de financiamento que se mostra incapaz de sustentar um processo consistente de inclusão social. Caracteriza esse sistema, também, a desigualdade flagrante em termos de qualidade entre as instituições, mesmo as denominadas universidades públicas ou privadas. (...). Os desafios, por isso mesmo, são enormes. Os atores envolvidos, particularmente os responsáveis pelas políticas públicas para o setor, têm consciência deles. Isto, no entanto, não tem se traduzido em intervenções efetivamente capazes de mobilizar os recursos humanos e materiais necessários à pavimentação de um caminho claro e consistente de mudanças (NEVES, MARTINS, 2016, p. 96).

Para entendermos o cenário da Política Educacional do ensino superior é necessário demarcar historicamente que as universidades públicas no Brasil foram e ainda são de natureza elitista, e, portanto, desigual e insuficiente no que se refere às demandas de vagas, acesso, permanência e sucesso⁴. Para Almeida (2017, p. 6), historicamente “a extensão da escolaridade foi marcada por improvisos e precariedade, oferta insuficiente de vagas, baixo rendimento educacional dos que conseguiram frequentar a escola e restrições ao acesso de acordo com o pertencimento de classe social do indivíduo”.

O ensino superior brasileiro comparado ao da Europa se deu de forma tardia, pois as universidades europeias já estavam respectivamente consolidadas (XII e XIII). Já no Brasil, a primeira instituição de ensino superior (IES) veio somente no século XIX com a saída da Corte portuguesa em 1808. Foi no final do Império português, em 1889, o Brasil passou a contar com apenas seis escolas de ensino superior com formação voltada às áreas mais elitistas como: juristas, médicos e engenheiros.

⁴ Entendido com a conclusão do curso conforme integralização prevista nos Projetos Pedagógicos de cada curso.

No início do século XX, por volta de 1900, as escolas (como eram chamadas na época) eram um pouco mais de 24. Somente após 1930 o sistema educacional superior passou a contar com 100 instituições inseridas ao redor do país, sendo a maioria criada pelo setor privado, principalmente por influência do catolicismo. Até a década de 1930 o sistema de ensino superior era formado por escolas isoladas, de caráter profissionalizante, sendo desassociada a natureza científica. Entre 1930 e 1940 foram criadas as universidades: Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Distrito Federal (UDF)⁵ A Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ) e por fim a primeira Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Em 1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras⁶ aprovou a criação de instituições de ensino superior pública e privada. A partir do descontentamento da população frente à educação superior pública, houve uma grande modificação estrutural por meio da Lei de nº 5540/1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária, que dentre outras providências torna o ensino superior inerente da pesquisa e firma a autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira das universidades.

No período de 1946 a 1964 foram criadas 18 IES do setor público e 10 IES do setor privado. Com a inserção da industrialização no país, mais cursos de especialização foram criados para abarcar a demanda do desenvolvimento econômico. Já em meados dos anos 1960 o Estado passou a construir as universidades públicas e gratuitas, expandindo para quase todos os estados do Brasil.

No período da Ditadura Militar (1964-1985), que perdurou por 21 anos, houve resistência por parte dos movimentos sociais, sobretudo os movimentos estudantis, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE)⁷. Nas décadas de 1970 e 1980, o poder público optou em manter as universidades no âmbito federal e estadual, as universidades públicas gratuitas, sendo caracterizadas como instituições multifuncionais. É bem verdade que os avanços das políticas públicas sociais, por meio dos direitos sociais, foram firmados por meio da Constituição Federal de 1988⁸ (CF 88).

⁵ Hoje Universidade de Brasília (UnB).

⁶ Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.

⁷ A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi criada em 1937, no dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, através do Conselho Nacional de Estudantes, um encontro como entidade máxima dos estudantes. Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade.

⁸ Conhecida como “Constituição Cidadã”, pela forte participação do poder popular.

No entanto, ao longo da história das políticas sociais no Brasil, não se estabelece de forma concreta, ao contrário disso, durante toda trajetória na educação, existem avanços e retrocessos.

Na década de 1990, o tema ganhou ainda mais destaque no Brasil, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/1996). Essa estabelece os princípios da educação e dos deveres do Estado em relação à educação escolar pública (CASTRO, SOUZA e SÁ, 2018).

A economia brasileira presidida por Fernando Collor de Mello, nos anos de 1990, foi orientada pela perspectiva do neoliberalismo, onde se criou uma série de acordos para a promoção do Estado Mínimo⁹. A ideia era garantir que o Estado brasileiro se isentaria da responsabilidade dos direitos sociais à população, transferindo, a responsabilidade para a sociedade civil e o terceiro setor, ou seja, para as organizações não-governamentais (ONGs) e/ou filantrópicas para complementação das necessidades básicas da população.

Contraditoriamente aos interesses econômicos vigentes, com o processo da redemocratização do país, a educação deu um expressivo avanço como política pública social, onde a gratuidade, gestão democrática, garantia de qualidade, igualdade de condições para o acesso e permanência entre outros princípios viraram garantias constitucionais (BRASIL, 1988).

Pereira (2008, p. 87), reafirma que a política pública é referenciada pelo termo política, ou seja, “que se refere às ações do Estado face às demandas e necessidades sociais da realidade”. Diante dessa percepção, a política pública não está somente restrita ao Estado, mas também contempla a sociedade como um todo, desta maneira a política pública é atravessada por diversos conflitos de interesses entre as classes que reivindicam essas ações. O ensino superior se configura como uma das modalidades educacionais e a temática da permanência estudantil na UFSC pleiteia-se a não perda da historicidade do ensino superior público brasileiro no modo geral.

2.1 O FENÔMENO DA EVASÃO ESCOLAR E SEUS REBATIMENTOS NA PERMANÊNCIA

A evasão é um dos principais problemas que atingem as instituições de ensino no modo geral e a busca de suas causas tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas.

⁹ A idealização de que o Estado deveria garantir apenas o mínimo de direitos sociais à população brasileira.

Por esse motivo, Gaiosio (2005) aponta que a evasão é um fenômeno social complexo, que pode ser definido como lacuna durante o ciclo de estudos e faticamente ao abandono à instituição em que o sujeito desenvolve suas atividades nas escolas ou nas instituições de ensino superior. Por ser um acontecimento recorrente, essa situação vem desafiando as três instituições: estado, escola e família.

A evasão estudantil no ensino superior, por exemplo, é um problema de âmbito internacional que afeta não somente o resultado dos sistemas educacionais, mas os seus índices e desempenho, os *déficits* de estudantes que iniciam, mas não finalizam seus respectivos cursos, sendo a taxa de evasão no primeiro ano de curso maior do que a dos anos seguintes (GAIOSO, 2005).

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) o fenômeno da evasão apresenta três diferentes tipos: i) a intermitência escolar ou de curso, que ocorre quando o estudante se desvincula do curso em questão por diversas razões, sejam elas: abandono, desistências, transferência, mudança de curso; ii) a exclusão por norma institucional, evasão da instituição, neste caso ela ocorre quando o estudante se desvincula da instituição na qual está matriculada, e, iii) a evasão do sistema, que acontece quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior (BRASIL, 1996, p. 16).

O Brasil tem realizado estudos sistemáticos e dados nacionais sobre a temática da evasão. Um estudo realizado pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) aponta um aumento na evasão e queda na taxa de escolarização no país. O levantamento foi feito com base nos dados do Censo Escolar de 2020 que apresenta os impactos da pandemia no ensino educacional, dito isto, o número de matrículas no ensino superior cresceu 0,9% de 2019 quando comparado ao ano de 2020.

A universidade, enquanto uma instituição secular, sempre manteve a evasão escolar como antagonista, pois tem acompanhado ao longo da história as manifestações, demandas e avanços na sociedade de forma que a mesma influencia e é influenciada. Como por exemplo, durante o período da pandemia do Covid-19 o quadro de evasão se agravou de forma exorbitante, elevando, portanto, os índices de abandono ou desistência de curso no meio acadêmico. Para confirmar essa assertiva, os dados do MEC sobre Censo do Ensino Superior (2012-2021) expressam claramente apenas com o recorte das IES federais. Em 2013, a taxa de permanência era de 76% e a taxa de desistência acumulada era de 23%. Em 2021, a taxa de permanência nas federais representou 3% e a de desistência acumulada de 55% (BRASIL, 2021).

Cabe destacar que nos dois primeiros governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva houve uma ampliação do acesso estudantil às IES, principalmente nas federais. Destacase também nessa ampliação o ingresso de um maior número de estudantes de baixa renda e/ou estudantes trabalhadores, sendo desmontada no período de governo de Jair Messias Bolsonaro.

Nesse sentido, a permanência tem sido fortemente pautada na agenda política e timidamente na agenda pública brasileira com respostas que revertam o quadro de desistência e abandono.

2.2 A RECENTE POLÍTICA DE ACESSO E PERMANÊNCIA NAS UNIVERSIDADES

Conforme mencionado anteriormente, o cenário da época de 1990 trouxe com intensidade as “transformações advindas da reorganização econômica e político-ideológica do capital [...], não sendo nada propício à consolidação das políticas públicas sociais (...) e a ampliação dos direitos sociais que haviam sido conquistados” (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, 414). Interrompido pelas contrarreformas neoliberais, “a educação superior se descaracteriza como um direito, passando a ser tratado como item de consumo” (CAVAIGNAC e COSTA, 2017, 416), o que procede ao “sucateamento das universidades públicas e o aumento do número da expansão do ensino privado e das matrículas nessas instituições” (VASCONCELOS, 2010, p. 606). Em meados dos anos 2000, nos referidos governos de Lula e Dilma, se estabelecem as novas e significativas reformas do ensino superior público brasileiro.

Em 2007, houve a expansão do acesso às universidades públicas por meio do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que assegurou novas construções de universidades e melhorias nas estruturas físicas e nos recursos humanos das instituições ao redor do Brasil. Embora tenha apresentado lacunas (CAVAIGNAC, COSTA, 2017), é por meio dessa conjuntura que os números de vagas aumentaram e o acesso da classe trabalhadora nesse espaço inicia com mais frequência.

No intuito de promover democraticamente o acesso à universidade pública que as instituições passam a instituir programas de Ações Afirmativas – que é a reserva de determinada porcentagem de vagas destinadas para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoa com deficiência, o que possibilitou o acesso da população historicamente vulnerável.

Em 2012, no primeiro mandato da primeira mulher eleita como Presidenta da República, Dilma Rousseff, foi promulgada a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nos institutos federais a obrigatoriedade da reserva de vagas nas universidades para candidatos/as. Previstos no:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. Deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2012).

As cotas possibilitaram a expansão do acesso à Universidade para à classe trabalhadora, visibilizando o ingresso dessa população. E as ações de permanência voltadas aos estudantes que apresentam baixas condições socioeconômicas correspondem à Assistência Estudantil.

Nesse sentido, a Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) foi regulamentada por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado como plano em 2007, e transformado em Programa Nacional pelo Decreto Presidencial nº 7.234 em 2010. O PNAES visa atender estudantes de baixa renda e/ou oriundos/as de escolas públicas, a fim de minimizar os efeitos colaterais da sociedade desigual que atravessa a população e os jovens brasileiros. Conforme o artigo 2º:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010). *Grifo nosso.*

O PNAES também tem como objetivo a democratização nas condições da permanência, promovendo ações, conforme o artigo 3º, inciso 1º.

As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas as seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

E o inciso 2º do artigo 2º aponta que “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010).

As ações de permanência estudantil contribuem diretamente no processo de formação acadêmico-profissional do/a estudante. Porém, para além da assistência estudantil que abarca os aspectos socioeconômicos, como bolsas de permanência, a moradia, as questões de saúde mental, o acompanhamento pedagógico e o monitoramento das metodologias de ensino adotadas nas diferentes disciplinas cursadas, são elementos essenciais a serem pensados quando nos referimos à permanência no ensino superior.

Sendo assim, é da responsabilidade da IES o planejamento e gestão acadêmica dessas ações que possibilitem a permanência estudantil, visto que a conquista do diploma não deve estar atrelada ao processo de desgaste físico, mental e emocional.

A metodologia, sobretudo em relação à abrangência, adotada pela universidade não tem alcançado os objetivos descritos pelo PNAES. O formato das ações de permanência precisa considerar as necessidades do seu público-alvo, entre elas a ampliação de restaurantes universitários, moradias estudantis tanto para ingressados como para ingressantes¹⁰, espaços com rede de *internet* e equipamentos disponíveis, bolsas estudantis em quantidades suficientes para atender a demanda reprimida, entre outros. Disto isso, reforçamos que a perspectiva da permanência estudantil se define como um extenso conjunto de ações que possibilitam os meios necessários para o acesso e permanência, com atuação em distintas dimensões, entre elas a socioeconômica e pedagógica, conforme mencionada acima.

Em relação às condições pedagógicas devem abranger recursos como: a) a complexidade da transição do ensino médio ao superior (SOUZA *et. al.*, 2008 *apud* NUNES, VELOSO, 2016), visto que esse mundo acadêmico pode causar insegurança e crise de identidade (ALBERTI, 2008, *apud* NUNES, VELOSO, 2016); b) espaço da sala de aula, didática do docente, exigência intelectual, currículo do curso, integração com os colegas, entre outros; c) dificuldade de aprendizado, causada por inúmeros fatores, e que pode ser potencializado pelo histórico escolar precário ou ainda se o/a estudante ficou afastado/a por um período de tempo muito longo da escola, além da ausência de tempo para se dedicar integralmente aos estudos pela necessidade de trabalhar durante a graduação (NUNES, VELOSO, 2016; ZAGO, 2006). Para essas situações devem ser planejadas ações voltadas ao acolhimento e contextualização do espaço dos/as calouros/as, instruções são necessárias para

¹⁰ Para aqueles que estão chegando à Universidade, mas não residem no território.

o cotidiano acadêmico/a, tais como: atividades integradoras, reforço de conteúdos entre outras inúmeras ações de apoio pedagógico.

Apesar de incluídas a saúde psicológica e o apoio pedagógico, entre outras ações para além dos auxílios financeiros, os programas da assistência estudantil se limitam apenas aos estudantes com renda familiar *per capita* de até 1,5 salários-mínimos, sendo responsabilidade da instituição quais definições de critérios para seleção desses estudantes que serão beneficiados. E é pelo alto número de demandas e falta de recursos financeiros, materiais e humanos que a assistência estudantil tem sido cada vez mais seletiva, sendo os/as assistentes sociais responsáveis por realizar tal seleção. O atual formato de permanência estudantil faz com que muitos estudantes fiquem de fora da cobertura do programa, fazendo, portanto, um efeito reverso, ou seja, de vez ser um programa de inclusão, acaba infelizmente realizando o efeito de exclusão.

Por esse motivo, é fundamental que haja outras ações institucionais que complementem e assegurem a assistência estudantil, voltadas para os/as estudantes, entendendo que as expressões da questão social que não se resumem somente na pobreza, mas revelam-se de diferentes formas, as principais delas, são preconceitos, violências, questões de gênero, fragilidade na saúde mental entre outras demandas que podem influenciar na formação dos/as estudantes universitários/as.

Ademais, para Marafon (2015, p. 416), “a perspectiva de totalidade da permanência estudantil, compreende-se sob o ponto de vista social, político e cultural”. Entretanto, os únicos projetos propostos pela maioria das instituições são os que se enquadram na Assistência Estudantil, referindo-se às bolsas e auxílios financeiros destinados aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica, possuindo, assim, a tendência do repasse de recursos monetários e insuficientes para os estudantes. Para Primão (2015 *apud* NUNES e VELOSO, 2016), não é só a carência financeira que ameaça o sucesso na formação. Assim, é preciso entender a permanência estudantil como um sistema amplo de ações, sem limitá-la; e as ações relacionadas à assistência estudantil são imprescindíveis para avaliar todas as ações institucionais dessa área e ter uma identificação maior das ações que os estudantes não selecionados nas ações de permanência estudantil podem acessar.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

A UFSC foi fundada nos anos de 1960, sendo uma instituição de ensino superior pública e gratuita tem por objetivos

(...) produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida (UFSC, 2023, s/)¹¹.

Possui cursos de graduação e programas de pós-graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade de ensino à distância, e está presente em cinco cidades do estado Catarinense: Florianópolis, Araranguá, Blumenau, Curitibanos e Joinville.

Entretanto, somente 48 anos após a sua fundação, a UFSC passa a integrar reservas de vagas para ações afirmativas, especificamente em 2008, onde o Conselho Universitário da UFSC cria o programa, destinando assim 20% das vagas de todos os cursos e turnos para estudantes que tivessem cursado os ensinos fundamental e médio em escolas públicas e 10% para estudantes pertencentes ao grupo racial negro, prioritariamente de escolas públicas.

Além dessas vagas, também foram criadas vagas para estudantes pertencentes aos povos originários. Somente em 2012, após uma avaliação positiva dos resultados do Programa de Ações Afirmativas, o Conselho Universitário decidiu por sua continuidade, mantendo os percentuais e tipos de cotas para egressos de escolas públicas e negros, ampliando o número de vagas suplementares para indígenas¹². Posteriormente, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 12.711/2012, tornando obrigatória a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas em todas as instituições de ensino federais (escolas técnicas, institutos e universidades).

As universidades do Brasil oferecem cursos e programas, como: *Graduação*, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, como Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou vestibular; *Pós-Graduação*, compreendendo os cursos de especialização e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino (CAVALCANTE, 2000).

Além dos cursos de Graduação e Programa de Pós-graduação, as universidades do Brasil, oferecem *Programas de Extensão*, estabelecendo a sua função como: a extensão,

¹¹ Informações disponíveis no site institucional da UFSC (www.ufsc.br) (acessado em 13 de março de 2023).

¹² Assim, desde o vestibular para o ingresso em 2013, a UFSC começou a implantação da lei, mantendo, no entanto, como processo de transição do seu programa local para a política nacional, a cota de 10% de vagas para estudantes pertencentes ao grupo racial negro e as vagas suplementares para indígenas. A nova Lei nº 12.711/2012, diferentemente das regras que orientaram até então o Programa da UFSC, exige que o estudante tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública, com cotas definidas em função da renda familiar e, dentro de cada uma destas cotas étnico-raciais.

aberta à participação da população, visa à difusão de conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição universitária (CAVALCANTE, 2000).

Segundo Caetano e Campos (2009, p. 5), as instituições federais de educação superior (IFES) compõem a sua estrutura organizacional do MEC como

(...) instituições vinculadas, mesmo com autonomia, estão limitadas às regras gerais da administração pública federal na forma de autarquia ou fundação pública. O seu funcionamento está disciplinado em leis, estatutos e regimentos próprios. Possuem também estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura.

A UFSC não difere das demais universidades e está estruturada em Órgãos Deliberativos Centrais, Órgãos Executivos Centrais, Órgãos Deliberativos Setoriais e Órgãos Executivos Setoriais. Os Órgãos Deliberativos Centrais são formados pelo Conselho Universitário e o Conselho de Curadores; os Órgãos Executivos Centrais são formados pela Reitoria, Vice-Reitoria e as Pró-Reitorias.

As Pró-Reitorias acadêmicas coordenam as atividades de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, enquanto as Pró-Reitorias administrativas desenvolvem atividades de planejamento, orçamento, recursos humanos, administração geral e infraestrutura. As Pró-Reitorias normalmente estão estruturadas em Departamentos e Coordenadorias Administrativas.

Em relação aos Órgãos deliberativos setoriais a UFSC está organizada da seguinte forma: Conselhos das Unidades, Departamentos, Colegiado de Cursos de Graduação e Colegiado de Cursos de Pós-Graduação. Em relação aos órgãos executivos setoriais existem as Diretorias de Centros, Chefias de Departamentos, Coordenadorias de Cursos de Graduação e Coordenadorias de Cursos de Pós-graduação.

2.4 A ESTRUTURA DAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL PARA ESTUDANTES TRANS NA UFSC

Atualmente não existe uma política específica de reserva de vagas/cotas voltada para estudantes Trans na UFSC, o que precisa ser implementado com urgência tendo em vista a crescente inserção dessa população na universidade. Contudo, está sendo tramitado um Projeto de Minuta em elaboração para a criação de cotas/vagas destinado ao público Trans, pensado por estudantes, pela PRAE e PROAFE e demais setores da universidade. Tal projeto prevê não

somente a política de acesso, mas, sobretudo a permanência qualificada, bem como a saúde e segurança de estudantes Trans no espaço universitário.

Para Gomes (2003, p. 95-96), as ações afirmativas, como ação legítima no processo de democratização e inserção da população historicamente vulnerável, são a “[...] forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se sujeita às minorias”, e como se “figura como meta das ações afirmativas a implantação de uma diversidade” além de uma maior “representatividade dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada”.

Em relação ao quantitativo de estudantes Trans na UFSC, os dados atuais extraídos do CAGR, e disponibilizados pela CDGEN/PROFE, informam que 131 pessoas fazem uso do nome social na graduação, sendo, em 13 (22,8%) cursos dos 57 oferecidos pela UFSC. Os cursos com maior concentração de estudantes que fazem uso do nome social são: Ciências Biológicas, com 13 estudantes; Animação, com 12, Serviço Social, com 10, Pedagogia e Cinema, com 6 estudantes em cada curso. A maior concentração desses estudantes encontra-se no *campus* de Florianópolis, mas com presença nos *campi* de Araranguá, Blumenau e Joinville. O *campi*¹³ de Curitiba não consta nos dados oficiais.

Em 2015, por meio da Resolução Normativa do N° 59/Cun/2015 a UFSC, em seus registros administrativos (relacionados a documentos de registros acadêmicos) passou a assegurar o uso do nome social para pessoas Trans e Travestis.

Art. 2 O interessado poderá requerer, por escrito, a inclusão do nome social no ato da inscrição no vestibular, no ato da matrícula ou a qualquer momento no decorrer do ano letivo. (...) **Art. 4:** O uso do nome social requerido pelo (a) estudante, pelo (a) servidor (a) e pelos (as) usuários(as) da universidade constará em todos os registros, sistemas acadêmicos com documentos internos gerados pela Universidade, sem menção ao nome civil. Todos os documentos gerados pela UFSC como, por exemplo, atestado de matrícula, histórico escolar, declaração de frequência, certificados ou congêneres serão disponibilizados a partir de acesso do próprio estudante com opção de constar apenas o nome civil ou apenas o nome social (UFSC, 2015).

A solicitação para a inclusão do nome social pode ocorrer em qualquer tempo ao longo do ano letivo da vida acadêmica; sendo possível de ser solicitado no ato da inscrição para o Vestibular e/ou ENEM. Neste caso específico o uso do nome social constará em todos os registros, sistemas acadêmicos e documentos internos gerados pela Universidade.

Atualmente a UFSC conta com a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero (CDGEN), que integra a recente Pró-Reitoria de Ações

¹³ Informações retiradas por meio dos dados da CDGEN e CAGR.

Afirmativas e Equidade. A Coordenadoria foi criada no intuito de estabelecer políticas de enfrentamento à LGBTfobia e violência contra a mulher, na luta pela promoção dos direitos da população universitária LGBTQIAPN+¹⁴ e mulheres vítimas de violências na Universidade Federal de Santa Catarina.

Na CDGEN são atendidos/as estudantes universitários/as: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, interssexuais, não-binários e demais (LGBTQIAPN +) e mulheres. No que se refere ao ingresso e permanência desse público na universidade, a UFSC conta com ações de validação de cotas, elaboração/revisão de editais de ações afirmativas, atendimento social, reunião com estudantes e assessoramento dos movimentos estudantis, e o Comitê Institucional de Ações Afirmativas da UFSC e também o Programa de apoio pedagógico, entre outras ações.

Segundo a CDGEN, atualmente as principais demandas desse público estão voltadas para vulnerabilidade na questão da saúde mental e a permanência no acesso aos benefícios ofertados pela (PRAE), executando as validações dos estudantes que se inscrevem no programa, tirando dúvidas, bem como encaminhando para a Coordenadoria de Assistência Estudantil (COAES/PRAE) quando necessário.

Recentemente, em 2022, o Conselho Universitário (CUUn) aprovou a Política Intersetorial Permanente de Saúde Mental, Atenção Psicossocial e Promoção da Saúde que tem como objetivo principal atender estudantes – desde a Educação Infantil (NDI)¹⁵ e Colégio Aplicação até pós-graduação; bem como, todo corpo técnico da universidade, – servidores docentes e técnico-administrativos e trabalhadores terceirizados de todos os campi, que a UFSC está localizada. A ideia principal consiste na promoção da política e sua integração como ações para reduzir o impacto negativo na saúde mental após a pandemia da Covid-19.

(...) na UFSC e constitui um espaço institucional de referência e integração para a atenção psicossocial e de promoção da saúde. Também está entre seus objetivos a instituição de uma rede de atenção e de mecanismos de avaliação da própria política,

¹⁴ L- Lésbicas: são aquelas mulheres atraídas por pessoas do mesmo sexo; G- Gays: também conhecidos como homossexuais, são homens atraídos por outros homens; B- Bissexuais: são pessoas atraídas por mais de um gênero; T- Transgênero, travesti e transexuais: pessoas cuja expressão ou identidade de gênero é diferente do sexo biológico que foi atribuído no nascimento. Q- Queer: termo que indica qualquer pessoa que não é heterossexual ou cuja sexualidade ou identidade de gênero muda com o tempo; I- Intersexual: pessoa que nasceu com características sexuais (como genitais ou cromossomos) que não se enquadram nas categorias binárias masculinas ou femininas; A- Assexuais: é quem sente pouca ou nenhuma atração sexual por outras pessoas; P- Pansexual: aquele que tem atração por todos os gêneros; N- Não-Binário: engloba pessoas sem gênero, com vários gêneros, com gêneros separados de homem e mulher. “+”- Para que todos compreendam que a diversidade de gênero e sexualidade é fluida e pode mudar a qualquer tempo, retirando o “ponto final” que as siglas anteriores carregavam, mesmo que implicitamente. Ela também inclui pessoas que entendem que o ser humano é livre para viver a sua orientação sexual e identificação de gênero, da forma que cada um se identifica de forma pessoal.

¹⁵ UFSC NDI: Núcleo de Desenvolvimento Infantil.

bem como o estímulo a atividades de ensino, pesquisa e extensão e a contribuição para uma universidade democrática, equitativa, acessível, inclusiva e saudável (UFSC 2022).

Contudo, não se ouve falar na realização e efetivação dessa política no meio acadêmico. Apesar de ser um avanço importante para a universidade, é certo que precisa ser melhor divulgada e concretizada, pois a comunicação também faz parte do processo de garantia de direitos. Segundo Correia (2009, p. 359),

Um profissional que preza pela universalização do acesso e bens e serviços e à riqueza construída coletivamente não pode deixar de atentar para o importante papel da comunicação na ampliação das possibilidades que os sujeitos e atores sociais podem conquistar, quando bem informados.

3 PESSOAS TRANS NA EDUCAÇÃO: DIREITO, ACESSO E PERMANÊNCIA

Para falarmos sobre a população Trans na educação é necessário antes entender os atravessamentos no contexto de vida e as respostas do Estado a essa população. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021), a expectativa de vida da população geral brasileira é de 77 anos, e segundo a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA), a expectativa média de vida de pessoas Trans no Brasil não passa dos 35 anos de idade.

O violento contexto social no qual as travestis, mulheres e homens Trans e pessoas não-binárias estão inseridas é fruto, sobretudo, do preconceito e discriminação que promove um processo de exclusão social. Todas as violações de Direitos Humanos envolvem circunstâncias que levam a uma vulnerabilidade, sobretudo, psicológica que compromete a saúde mental podendo levar muitas vezes ao suicídio.

O Decreto nº 7.037 de 21 de dezembro de 2009 que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos-3, estabelece em seu objetivo estratégico V: “a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero”; entre as ações programáticas destacamos:

a) desenvolver ações afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social; (...) g) fomentar a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, Transexuais (LGBT), principalmente a partir do apoio à implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos de prevenção e Combate à Homofobia e de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania daquele segmento em universidades públicas; h) realizar relatório periódico de acompanhamento das políticas contra a discriminação à população LGBT, que contenha, entre outras, informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, número de

violações registradas e apuradas, recorrências de violações, dados populacionais, de renda e conjugais (BRASIL, 2010, p. 98-99).

Estima-se que 42% da população Trans já tentou suicídio. Recentemente, o relatório “Transexualidades e Saúde Pública no Brasil”, do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de Antropologia e Arqueologia, revelou que 85,7% dos homens Trans já pensaram em suicídio ou tentaram cometer o ato (ANTRA, 2018). Esse documento aponta que não se pode negar tratamento a um grupo altamente estigmatizado que tem uma prevalência de 42 a 46% de tentativas de suicídio, comparado a 4,6% da população em geral ANTRA (2018). O Dossiê complementa dizendo que “Especialmente sobre a violência que somos submetidas onde, em geral, nos colocam como responsáveis por ela, nem o direito de ser vítimas nos é dado, nossas narrativas e denúncias são quase sempre desacreditadas” (Dossiê ANTRA, 2019, s/p.).

Ademais, compreendemos que a realidade dessa população é marcada por diversas contexturas, de forma intensa e profunda e não lineares. No entanto, entender as dimensões não lineares dessa população, é compreender que a não chegada à fase do envelhecimento não está ligado somente a aspectos e fatores biológicos, mas também às expressões da questão social e cultural, como os fatores de classe, raça/etnia e gênero, que, entre outros, que atravessam, influenciam e/ou determinam a saúde e a qualidade de vida de diversos grupos populacionais, entre eles as pessoas Trans (BRASIL, 2014).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) amplia o conceito de saúde para além da ausência de doença. Refere-se à saúde como um completo estado de bem-estar, sendo necessária a plena saúde física, mental e social (OMS, 1946).

Em relação à situação educacional das pessoas Trans, a ANTRA estima que cerca de 70% dos/as estudantes Trans não concluíram o ensino médio e apenas 0,02% encontram-se no ensino superior. Este cenário nos leva a reflexão sobre como as cotas cumprem um papel fundamental de reparação e possibilidade de inserção de pessoas Trans na educação, em especial no ensino superior. Nesse sentido, a ampliação da política de cotas incluindo as pessoas Trans, possibilita que acesso, muito embora não assegure a permanência e conclusão do seu processo formativo.

Assim sendo, cabe questionar e refletir sobre quais outras informações são e/ou seriam fundamentais para identificar as demandas sociais, políticas, jurídicas, educacionais, de saúde, entre outras, dos/as estudantes Trans que conseguem acessar o ensino superior e que poderiam subsidiar de forma mais qualificada as ações institucionais. É certo que tem surgido estudos acadêmicos nesse sentido, mas ainda não constituem parte integrante da gestão acadêmica dos

setores e órgãos que tem como prerrogativa pensar em uma política institucional que, articulada com setores e instituições das demais políticas públicas e sociais, possam trazer ações que efetivamente contribuam com o acesso, ingresso e permanência estudantil.

Essa ausência ou apagamento da realidade dos/as pessoas Trans nas Universidades não é um problema exclusivo da UFSC. Não dispomos, até o momento, no Brasil, de dados públicos oficiais sobre a população travestis e transexual. Os poucos e ainda incipientes dados são produzidos de forma pontual com esforços e resistência de Organização da Sociedade Civil, entre elas: o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), ANTRA, Rede Trans, Revista Estudos Transviades e do Instituto Brasileiro Transmasculinidades (IBRAT) que cumprem esse papel previsto inclusive no PNDH-3 como uma responsabilidade do Estado brasileiro (BRASIL, 2020).

A falta das ações governamentais transforma a desigualdade e transfobia em uma violência estrutural e institucional, tornando a população LGBTQIAPN+, especialmente as pessoas Trans invisíveis e suas demandas silenciadas; dificultando, portanto, o mapeamento de criação de políticas públicas para a população.

É urgente o reconhecimento e a valorização da diversidade, conjuntamente com a Transformação da estrutura material ou distributiva, dentro das escolas e universidades, pois eles podem potencializar e fomentar espaços mais sociais e plurais, inclusivos e *Transformadores*.

3.1 PESSOAS TRANS E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL QUE ATRAVESSAM O COTIDIANO

Historicamente a população Trans tem sido marginalizada pela sociedade e pela não aceitação dos seus corpos. A ausência de uma educação sexual – gênero e sexualidade –, sobretudo no ambiente escolar e familiar tem potencializado apropriação distorcida pelo pensamento político conservador e/ou ultraconservador sobre o debate gênero e/ou a ideologia de gênero.

A discussão de gênero na educação tem o papel fundamental de incentivo ao respeito e ao combate à LGBTfobia e transfobia no meio escolar. É sabido que qualquer comportamento que fuja desse padrão heterossexual provoca descontinuidade na sequência sexo-gênero-sexualidade e é tratado como questão de minorias, colocado à margem da sociedade. De forma paradoxal, “esses sujeitos 'marginalizados' continuam necessários, já que

servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam” (LOURO, 2004, p. 66).

No Brasil o termo “Ideologia de Gênero” tomou maior conhecimento em 2014 com a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), em que o Ministério da Educação (MEC) buscou incluir temas como educação sexual, combate às discriminações e promoção da diversidade de gênero e orientações sexuais.

Entretanto, discursos **conservadores** surgiram com maior força política, se colocando contrários aos temas indicados, especialmente ao que se refere ao gênero e orientação sexual. Por meio de pressão política e social desses grupos ultraconservadores, o ensino sobre educação sexual e de gênero foram retirados do Plano Nacional de Educação, provocando um claro e largo retrocesso em relação às políticas de inserção e ampliação de direitos da população LGBTQIAPN+ de modo geral e nos espaços escolares. Um sistema educativo que reforça os preconceitos e amplia a marginalização social não pode ser de qualidade, do ponto de vista dos princípios de bem público e equidade (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1231).

Contudo, o conceito de gênero é uma construção social, logo não se apresenta de forma uniforme em todas as épocas e lugares. A relação entre os gêneros são construções históricas, culturais e formuladas a partir das experiências humanas, como: costumes, leis, religião e política. Por isso, precisamos entender que os sujeitos da sociedade têm identidades plurais e múltiplas, identidades essas que se *Transformam* e que não são fixas e/ou permanentes, e que podem ser contraditórias. Por esse motivo, as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento, seja no nascimento, na adolescência, ou na maturidade.

Scott (s/d *apud* LOURO, 2003) afirma que é preciso desconstruir o “caráter permanente da oposição binária” masculino-feminino. Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o (LOURO, 2003, p. 29).

[...] das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade que se constituem socialmente. A concepção dos gêneros como se produzindo dentro de uma lógica dicotômica implica um polo que se contrapõe a outro (portanto uma ideia singular de masculinidade e de feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se ‘enquadram’ em uma dessas formas. Romper a dicotomia poderá abalar o enraizado caráter heterossexual que estaria na visão de muitos/as, presente no conceito ‘gênero’. Na verdade, penso que o conceito só poderá manter sua utilidade teórica na medida em que incorporar esses questionamentos. Mulheres e

homens que vivem feminilidades e masculinidades de formas diversas das hegemônicas e que, portanto, muitas vezes não são representados/as ou reconhecidos/as como ‘verdadeiro-verdadeiros’ mulheres e homens, fazem críticas a esta estrita e estreita concepção binária (LOURO, 2008, p. 34).

Segundo Bastos (2022) as pessoas Trans (Transexuais, travestis, Transgêneras, não-binárias) representam um grupo populacional em processo de vulnerabilização, especialmente no Brasil. A autora completa dizendo que,

(...) o curso de vida e a expectativa de vida não são os mesmos quando comparamos pessoas Trans aos demais grupos sociais. Como especificidades, podemos citar os impactos das modificações corporais - uso de silicone industrial e hormonização; políticas de proteção social: retificação de documentos e respeito à autodeterminação; relações sociais, institucionais e familiares -, bem como, o impacto da violência - LGBTfobia; mercado de trabalho, prostituição e exposição às infecções sexualmente Transmissíveis (IST), HIV, AIDS e 24 hepatites virais (HV); entre outros aspectos que incidem diretamente no gozo à vida, no acolhimento de suas vivências, afetos e devires, e no acesso a bens, serviços e direitos sociais (BASTOS, 2022, p. 23-24).

Atualmente, o Brasil é o país que mais mata pessoas Trans e travestis no mundo e somente em 2019 a transfobia foi considerada crime enquadrado na Lei do racismo (Lei nº 7.716/1989). Muito embora seja reconhecida a importância de tipificar o crime de transfobia ao racismo, por outro lado a não tipificação do crime de transfobia como um tipo penal específico, traz um apagamento e conseqüentemente falta de dados sob essa parcela da população, que interfere diretamente na criação de políticas públicas e sociais ao combate à desigualdade e violência vivenciada diariamente por pessoas Trans.

Dados realizados recentemente pela Transgender Europe (TGEU), em 2022, registraram 327 assassinatos de pessoas Trans e de gênero diverso, entre 1º de outubro de 2021 e 30 de setembro de 2022; e desse total 29% dos casos aconteceram somente no Brasil. Segundo TGEU, os dados continuam a indicar uma tendência global preocupante no que diz respeito às intersecções de misoginia, racismo, xenofobia, com a maioria das vítimas sendo mulheres Trans negras e migrantes, sobretudo profissionais do sexo.

No Brasil, a prostituição não é considerada como crime, mas quando é feita alguma prisão, quase sempre é pelos delitos de Ato Obsceno art. 233 do Código Penal.

Butler (2011; 2019) apresenta o conceito de vidas precárias, isto é, uma compreensão de que o vínculo entre as vidas humanas é atravessado por condições de desigualdade e pela capacidade de reconhecimento da humanidade do outro. Ainda nas palavras de Butler (2015, p. 40) “afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção

depende, fundamentalmente, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver”.

Nessa direção, Antunes (2013) identificou que por serem consideradas desviantes e anormais as travestis, Transsexuais e Transgêneros¹⁶ são vistas/os como não humanas/os desde sempre, atravessam a vida como invisíveis e sob muito preconceito, improvisam suas existências em contextos violentos, têm expectativas de vida baixas, e as que vivem até a chamada velhice podem ser consideradas verdadeiras sobreviventes e acabam servindo de referência e exemplo para as mais jovens.

Para Lanz (2016), o que realmente afeta a vida das pessoas Transgêneras não é a sua visibilidade ou invisibilidade social, mas o predomínio hegemônico e ostensivo do dispositivo binário de gênero. Essa é a verdadeira causa de todos os tormentos vividos pela população Transgênera, fonte inequívoca do estigma, do preconceito, da intolerância, da discriminação, da exclusão e da violência – social, política, econômica e psicológica – que aflige todas aquelas pessoas que se desviam do modelo binário oficial masculino-feminino. No entanto, a transfobia é o ato de extrema manifestação de ódio da violência social em detrimento da população Trans.

Ainda segundo Lanz (2016, p. 215) “ser uma pessoa Trans é ser um não-ser”, e acrescenta:

Apresenta-se na forma de discriminação, segregação, intolerância, exclusão e violência – real ou simbólica – de pessoas Transgêneras, em casa e na rua, tanto nas suas relações interpessoais e grupais (hostilidade em locais públicos, incompreensão doméstica, isolamento e marginalização no trabalho, etc.), quanto na legitimação e garantia dos seus direitos de cidadania (tratamento amplamente desigual pelas instituições; negação do direito de escolha quanto ao nome e ao gênero que deve constar de documentos oficiais; interdição e dificuldades sistemáticas ao pleno exercício da liberdade (LANZ, 2016, p. 215).

Em sua dissertação de mestrado, Bastos (2022) nos provoca com a seguinte reflexão:

Há um processo histórico de vulnerabilização e exclusão social que invisibiliza e afasta o protagonismo de pessoas Trans, sobretudo, falando sobre suas próprias experiências. Este quesito é perceptível quando pensamos na falta de pessoas Trans nos espaços de representatividade, nos lugares que frequentamos, filmes que assistimos e - por que não dizer? - nos textos sobre Transexualidade que estudamos. É perceptível não apenas a exclusão, mas a repercussão das imagens estereotipadas que circulam no imaginário social (BASTOS, 2022 p. 26).

¹⁶ Transgênero é um conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com os comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2013, p. 26).

No entanto, é perceptível às barreiras que atravessam a sub-existência dessa população, desde a fase da infância até a fase adulta com trabalhos precarizados e por vezes estigmatizado em trabalho sexual. Entretanto, é **esperado** que pessoas que gozem dos seus espaços de privilégios possam contribuir com diálogo e transformação para uma cultura de inclusão e promoção do protagonismo de grupos socialmente e historicamente vulnerabilizados. Pois, as políticas públicas só são pensadas com base em demandas e números evidentes, revelando o contexto e realidade das expressões sociais para a criação de políticas públicas e sociais possam ser devidamente destinadas a esse público.

3.2 PERCURSOS VIVIDOS NA EDUCAÇÃO: DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

Dada a discussão na seção anterior (na seção 3.1), a realidade de vida de crianças e adolescentes Trans não se difere de uma realidade cruel e preconceituosa, muito pelo contrário. As estatísticas apresentadas pela (ANTRA, 2017), revelam por volta dos 13 anos os/as adolescentes Trans são expulsas/os de casa pelos familiares.

Essa “emancipação forçada” pela expulsão gera impacto negativo e significativo na vida dessa população, com reflexos no acesso restrito à educação e ao mercado de trabalho. “A história se repete nos demais núcleos, sistemas e instituições, por exemplo, no ambiente escolar que também atua no disciplinamento dos corpos, dos modos de vida e da hetero-cis-sexualidade compulsória, muitas vezes” (BASTOS, 2022, p. 56).

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a eliminação das desigualdades de gênero é fator determinante para a construção de uma sociedade inclusiva e equitativa, pois todos os estudantes têm o direito de viver e aprender em um ambiente livre de discriminação e violência.

Entretanto, a realidade das escolas ainda é diametralmente oposta ao declarado pela UNESCO. De modo geral o sistema educacional não está preparado para lidar com pluralidade e diversidade das nossas crianças e adolescentes. Para Louro (2000, p. 90)

(...) esquecemo-nos que os corpos são significados, representados e interpretados culturalmente, que diferentes sociedades e grupos atribuem significados também diferentes às características físicas: que determinados traços ou características podem ter importância, serem considerados notáveis e, então, constituírem-se em ‘marcas’ definidoras, ou, ao contrário, permanecerem banais, irrelevantes.

Destacamos aqui, que o meio escolar é um dos principais causadores no processo da exclusão de pessoas Trans e travestis, onde se expressa uma violência absurda por parte de colegas de turma ou corpo docente e por parte dos agentes escolares, na maioria dos casos a violência é velada e silenciosa, sendo que muitas das vezes essas formas de violência são realizadas por meio de insultos verbais, danos psicológicos, que se concretizam em violência física, agravando ainda mais esse quadro de exclusão.

Nesse sentido, Nascimento (2021, p. 18) completa dizendo que “A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir que crianças Trans não tenham uma infância livre, dado ao não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido”.

Bohm (2009), em sua dissertação de mestrado intitulada por: Os “Monstros” e a Escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis, apresenta sua pesquisa acerca da escolarização das travestis da cidade de Porto Alegre (RS) e região metropolitana e destaca que as identidades travestis:

Representam um desafio perturbador à organização e aos princípios heteronormativos que habitam também a escola. Poucos ou raros são os casos de ingresso, resistência e permanência escolar desses sujeitos, uma vez que a relação das travestis com os demais colegas é marcada pelo exercício do bullying e, com seus professores e gestores são permeados por muitos problemas: a recusa de ter o nome social aceito na chamada, por exemplo, e a proibição de poder usar roupas ou acessórios femininos, dentre outros (BOHM, 2009, p. 81).

A dimensão da não-binariedade é bem mais abrangente, na medida em que se discute. Para Vasconcelos (2018), mesmo havendo diversos conflitos nas instituições de ensino, os profissionais da escola devem promover uma educação igualitária, quebrando desse modo o modelo heteronormativo. Destacamos aqui, que a sexualidade não nasce com a gente, mas é construída. Não é biológica, nem natural. Não trazemos um conhecimento sobre sexualidade, não se nasce homem ou mulher; isso se constrói, a partir das percepções da sociedade. Por isso, Foucault (1988) afirma que é um “dispositivo histórico”. De outro modo, ela é uma invenção social, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam que normatizam que instauram saberes, que produzem “verdades”.

A equidade de gênero na linguagem só será garantida a partir do momento em que se repensar a forma como o tema é tratado nos ambientes educacionais. Costa (2019) completa o raciocínio afirmando que a hostilidade escolar é um problema na estratégia de governo, já que tende a excluir da sala de aula a diferença. Diferença essa, que assusta professores, especialistas e familiares que não estão preparados para lidar com pluralização, já que anseia pela “normalização” hegemônica da cis-hetero normatividade. E continua afirmando que a prática pedagógica escolar cotidiana se ressentir de uma discussão sobre esse fenômeno da proliferação da diferença. Uma abordagem que contemple a diferença em suas complexidades e variedades, para além daquela diferença que está sempre em alguns “outros” – é ainda uma lacuna que persiste como desafio às nossas investigações.

(...) identificam-se rapidamente alunos e alunas como diferentes quando não se enquadram nos padrões escolares. Providenciamos imediatamente categorias para nomeá-los. Como não sabemos lidar com eles, após sua classificação, a primeira medida é afastá-los dos “normais”. Depois, os encaminhamos para as terapias normalizadoras da sociabilidade, com seus tratamentos psicopedagógicos. Isso parece que ajuda a justificar a incompetência para lidar com eles e para fazer com

que aprendam o que a escola considera como conhecimento válido (COSTA, 2019, p. 495).

Por sua vez, Andrade (2012), em sua tese de doutoramento, fala sobre a sua vivência enquanto travesti dentro do ambiente escolar, sobre os traumas e violências que foram cometidos ao longo da sua trajetória. Ela descreve sobre a não aceitação do outro com a sua existência e a negligência da escola no que diz respeito à educação, ao combate à violência e propagação da diversidade. A autora afirma,

Minha história de vida é entrelaçada pelo enfrentamento contínuo de preconceitos em razão da não aceitação do outro para com a minha condição de ser diferente. Esta é a realidade que eu, Luma Andrade, vivi e ainda vivo, pois o olhar que a outra lança sobre mim não mudou tanto, por mais que eu tenha mudado (ANDRADE, 2012, p. 71).

Nesse sentido, questionamos sobre o papel da escola para com a formação dessa parcela da população, compreendendo que a educação é a responsabilidade da instituição escola, família e Estado. Além de formar um cidadão que possa viver em uma sociedade múltipla, plural e diversa.

Ainda segundo Andrade (2012), a verdade é que, o Estado se omite no que se refere ao combate da transfobia. Muitas vezes o campo da escola é onde mais se reproduz a violência e a não aceitação do outro, do diferente. Neste caso, a violência física e verbal torna-se o “método educativo mais eficaz”. Talvez a disseminação desta pedagogia na família; na rua, com os colegas; na igreja, pelos pastores e padres; no trabalho, pelo patrão; nas escolas, pelos gestores e professores, tenha ajudado a provocar um índice tão elevado de homicídios de homossexuais e travestis no Brasil.

No Dossiê da ANTRA, realizado em 2022, estipula-se que as violências envolvendo crianças LGBTIQIAPN+ não têm a mesma repercussão e não causam comoção pública na sociedade. Existem diversos casos de assassinatos contra crianças e adolescentes Trans que permanecem no limbo da invisibilidade. Assim, como abuso sexual, psicológica e fica além da violência de gênero. Essas violências geralmente acontecem dentro da própria casa, por pais e/ou responsáveis, sem que haja qualquer supervisão, cuidado ou proteção específica para crianças Transgêneras, Transsexuais ou travestis. Se o Estado, em conjunto com a escola e sociedade não incluem a proteção e a defesa das crianças e adolescentes Trans, então, estão contribuindo para as violências e violações de direitos humanos a que estão assujeitadas.

Para Toneli (*et al.* 2015) quando a escola falha com a falta de acolhimento e nas ofertas de condições a permanência de às pessoas Trans seja por meio do uso do nome social,

acesso ao banheiro adequado ou ao desrespeito a sua expressão de gênero, além do combate à violência cotidiana por partes dos estudantes colegas, professores e funcionário, ela incentiva a entrada dessa população aos subempregos como saída para a sobrevivência, além das poucas chances para qualificação ao mercado de trabalho para a proveniência do seu sustento, tendo que assim, se submeter a situações de subalternidade.

Com isso, destacamos o que Nascimento (2021, p. 19) traz em seu texto com relação a sua experiência enquanto criança: “Apesar das dores, sempre tive respiro, prazeres clandestinos de uma infância Transviada”.

É bem verdade que a dificultosa trajetória de crianças, adolescentes e jovens Trans contribui significativamente para a evasão dos ambientes escolares, impedindo que cheguem até o ensino superior e posteriormente ocupem lugares, cargos e empregos que a demais parcela da população tendem a ocupar. Os/As poucos/as que conseguem acessar e permanecer nas escolas e universidades são considerados/as “desviantes” das altas estatísticas de analfabetização. São vistos como atores de resistência dentro dos espaços educacionais. Se a permanência (e, supostamente, o sentimento de pertencimento) ao ambiente escolar é, para a maioria das travestis ou Transexuais, algo sujeito a muitos conflitos, a evasão contribui ainda mais para a dificuldade de inserção no mercado “formal” de trabalho (SCOTE; GARCIA, 2020). Por fim concordamos com Vasconcelos (2018, p. 6) quando afirma que:

Os projetos pedagógicos precisam estabelecer uma educação pautada na empatia, igualdade e humanidade, pois somente desta forma se conseguirá construir uma sociedade mais justa. Além disso, as instituições de ensino formal precisam compreender o gênero como uma construção social, cultural, política e histórica.

Só desta maneira, avançaremos para uma gratuita, universal e de qualidade e igualitária, que abrace toda população brasileira, independente da sua classe, raça/etnia, gênero, religião e orientação sexual. Para que assim, possamos combater a violência, a intolerância e o ódio que tem se disseminado ao longo dos anos e que tem tomado uma larga proporção com fala e discurso de ódio por parte daqueles que deveriam representar toda uma sociedade.

3.3 A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA E AS PESSOAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR

De partida entendemos que a precarização das relações entre a política educacional e pessoas Trans na universidade tem dificultado a ocupação desses espaços e, com isso

interferido na construção desses corpos nos espaços acadêmicos e suas experiências enquanto travestilidade e transexualidade, pois a universidade e suas políticas são pensadas de forma unilateral do *locus* da cis-heteronormatividade. Defendemos que a qualidade educacional deve ser para todos/as, para uma construção social mais justa para os sujeitos sociais e não somente para uma parcela privilegiada da classe dominante.

O direito social à educação de qualidade é primordial para a construção de uma sociedade, tendo a educação um papel fundamental na construção do ser humano e na inclusão a uma sociedade mais evoluída, inclusiva e livre de preconceito, além de socioeconomicamente emancipada. Por isso, assegurar as políticas educacionais nas universidades é um dever indispensável do Estado. Contudo, quando não entendido como um bem público, a educação passa a atender interesses individuais e exclusivos de classe dominante (burguesa e conversadora). Nesse sentido, a qualidade da educação estará em declínio, já que está marcada e organizada para atender e prover o sistema capitalista e não cumprir a sua função social.

A educação superior certamente contribui para a solução de muitos problemas na sociedade, todavia, também fomenta a permanência de outros. É necessário demarcar que a democratização do ensino superior no Brasil não se faz apenas com a ampliação de acesso e mais criação de vagas, que faça à inclusão de uma parcela de jovens que são tipicamente desassistida pelo Estado em razão à situação economicamente vulnerável, vítimas de preconceitos e outros fatores que os exclui de sua emancipação. É necessária uma permanência de qualidade e sustentável, ou seja, que a instituição em conjunto com o Estado dê condições qualitativas e adequadas ao longo da trajetória acadêmica, até finalmente alcançar a integralização curricular do curso escolhido e a obtenção do diploma.

Dias Sobrinho (2010) manifesta que a qualidade da educação superior não pode ser pensada fora das ações e dos compromissos que cada instituição instaura em seu âmbito interno em suas vinculações com o entorno mais próximo com a sociedade nacional. Por esse motivo, uma educação precária não poderá de modo algum ser considerada satisfatória, muito pelo contrário, a educação de baixa qualidade reforça preconceitos e amplia a marginalização social.

Em razão disso, falar das condições de permanência da população Trans na universidade pública é compreender e pensar estratégias que estabelecem mecanismos para resistir aos preconceitos e discriminações acentuadas por questões de gênero no meio universitário. Mesmo que programas governamentais tenham criado benefícios voltados a

peças Trans, também se percebe a falta de programas específicos à permanência nas universidades para a população.

Atualmente apenas cinco universidades públicas dentre as 187 (63 universidades federais e 124 estaduais), possuem em sua política de acesso a destinação de vaga e/ou cota para estudantes Trans, sendo elas: a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), responsável pelo maior quantitativo de vagas destinadas a pessoas Trans, totalizando 346, sendo 123 via SISU e 223 por meio do vestibular próprio, o que representa 72% da oferta em 2020. Já em 2021, a mesma universidade foi a que menos disponibilizou vagas para este grupo. A região Nordeste concentrou o maior número de vagas disponíveis para pessoas Trans. Das cinco Universidades que promovem políticas de ações afirmativas para pessoas Trans, três estão localizadas no estado da Bahia (UNEB, UFSB e UEFS). Em seguida, a região Sudeste com o estado de São Paulo (UFABC) e, por último, a região norte, com o Amapá (UEAP). As regiões sul e centro-oeste são as únicas onde não foram identificadas políticas de ação afirmativa para o ingresso de pessoas Trans na graduação.

As cotas e bônus não necessariamente expandem a quantidade de vagas. Seu propósito maior é promover a inclusão social de alguns grupos marginalizados. Além do mérito da inclusão, muitas vezes essas políticas acabam colaborando para o desenvolvimento de algumas regiões periféricas (DIAS SOBRINHOS, 2010, p. 1237).

Muito embora, tenhamos tido mais discussões e estudos acadêmicos voltados à discussão sobre a transfobia e a questão de acesso dessa população à vida universitária, é necessária a discussão no enfoque das políticas públicas, em projetos de leis e ações que visam à visibilidade social, política e econômica.

Conforme dito anteriormente, com o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, tivemos avanço ao ser aprovado o uso do nome social, pois passou a ser um aliado importante na colaboração e ampliação de um direito das pessoas Trans ao adentrar o ensino superior. Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do MEC, o número de candidato/as que solicitaram o uso do nome social no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) aumentou significativamente para 238% nos últimos seis anos, ou seja, saltou de 102 solicitações em 2014 para 410 até a edição atual do Enem no ano de 2022.

Segundo Scote e Garcia (2020), as resoluções do nome social contribuem para a promoção do acesso e permanência de pessoas Trans tanto na educação de base quanto na superior, ao garantir e respeitar sua expressão de gênero. Da mesma forma, é fundamental

também o acesso seguro aos banheiros correspondentes ao seu gênero pessoal, evitando situações vexatórias e diminuindo circunstâncias mais vulneráveis. Pensar que outros aspectos atravessam a vida de estudantes Trans nas universidades é compreender a realidade, é pensar que estudantes Trans, precisam mais que banheiros, e respeito ao nome social, compreende que a sujeitos que estão no topo da pirâmide da vulnerabilidade social precisa de moradia, auxílio alimentação, aparato socioassistencial e sociojurídico. Ademais,

A carência de políticas específicas que garantam a permanência da população Trans dentro das universidades, pois sua escolarização é um direito muitas vezes negado - particularmente devido às limitações ocasionadas pelo sistema educacional – que ainda pode representar uma das únicas possibilidades de visibilidade, ascensão econômica, social e cultural para esse grupo (SCOTE, GARCIA, 2020, p. 5).

Os IES acima de tudo precisam criar um ambiente acolhedor e seguro para estudantes Trans, além de fornecer a sensação de pertencimento nos espaços da universidade e consequentemente quebrar as estatísticas de “evasão forçada”. Acreditamos que a possibilidade de expansão do acesso e permanência da população Transexual/Transgenera no meio universitário, deve ter em mente que ações afirmativas contribuíram na redemocratização desses espaços e nos processos educacionais no Brasil.

Contudo, quando pensamos sobre a população Trans nas universidades, existem incontáveis obstáculos em relação a políticas públicas que carecem de debate com urgência. Enxergar as histórias, memórias e vozes dessa população tradicionalmente invisível para que ações possam ser criadas de acordo com as demandas e necessidade para uma melhor efetivação de políticas a estudantes que têm suas vozes silenciadas e que, portanto, gritam por segurança, visibilidade e garantias de políticas Transformadoras para suas realidades, é uma tarefa urgente e complexa.

4 DESAFIOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS NA UFSC

Após um percurso teórico e sociohistórico que permitiu um maior adensamento na temática definida para esse estudo e pesquisa, apresentaremos os resultados e discussões da pesquisa de campo realizada, a saber, os desafios institucionais à permanência de estudantes Trans na Universidade.

Muito embora a abordagem adotada foi a quanti-qualitativa, a ênfase procurou concentrar-se na qualitativa, num exercício acadêmico-científico, mesmo que ainda inicial por parte da pesquisadora, de buscar com a profundidade do fenômeno, aliando aos dados quantitativos que somam na qualificação da análise dos resultados. Além disso, um desafio importante nesse exercício acadêmico: a dificuldade de encontrarmos mapeamento de dados consistentes quer seja institucional, quer seja nacionalmente sobre a população Trans que pudesse somar na análise dos resultados. Essa problemática não é exclusiva da Universidade. No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há um apagamento dessas informações.

A Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) registrou 80 assassinatos de pessoas transgênero no primeiro semestre de 2021. No entanto, esse número não consta no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois a apuração limita-se ao registro de homicídios divididos entre sexo ou órgão genital. Entre muitas das estatísticas sociodemográficas presentes na plataforma online do IBGE, nenhuma abrange a comunidade transgênero, como homens e mulheres trans, travestis e pessoas não-binárias. Os seis segmentos presentes no site levam em consideração apenas o sexo ou órgão genital, sem abordar a questão de identidade de gênero (UEPG, 2021, s/p).

Assim sendo, procuramos estruturar o capítulo em cinco seções. Na primeira seção faremos uma retomada metodológica do processo de pesquisa; na segunda uma breve discussão sobre o Serviço Social no campo do direito à educação, por ser esse o curso de formação e a profissão que escolhemos. Em seguida a caracterização dos/as estudantes Trans do Serviço Social seguido de uma análise dos aspectos socioeconômicos e pedagógicos desses estudantes e por último a percepção deles sobre os desafios à permanência na UFSC.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

A escolha por investigar sobre a percepção dos estudantes Trans do curso de graduação de Serviço Social, favoreceu a maior adesão à participação da pesquisa, além de somar ao debate interno da gestão acadêmica do curso sobre as ações inclusivas para esse segmento.

Assim sendo, elaboramos o formulário (*Google forms*) (Apêndice A) com perguntas fechadas e abertas, divididos em oito blocos: no primeiro tratamos da *caracterização dos/as estudantes Trans do curso de Serviço Social*. No segundo buscamos informações sobre a *escolarização e ingresso na UFSC*. No terceiro bloco tratamos sobre os *aspectos familiares*. No quarto bloco tratamos dos aspectos de *emprego e trabalho*. O quinto, sexto e sétimo blocos se referiram a *questões institucionais relacionadas a setores da UFSC*, como a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CoAes/PRAE-UFSC); a Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAAP/PIAPE-UFSC); e a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero (CDGEN-PROAFE), respectivamente. O oitavo e último bloco tratou sobre a *permanência estudantil*, com o objetivo de trazer a perspectiva dos/as próprios estudantes sobre o tema. Uma única pergunta aberta foi “De acordo com sua perspectiva, quais as ações indispensáveis para que a UFSC possa ter uma Política de Permanência efetiva, considerando, sobretudo incluindo os estudantes Trans na UFSC?”.

Dito isso, antes da pesquisa ser aplicada foi realizado um pré-teste, no intuito de aperfeiçoar as perguntas. Esse foi realizado entre os dias 05 e 16/04/2023, por dois estudantes Trans do curso de Serviço Social. Após alguns ajustes sugeridos no formulário, enviamos aos estudantes por e-mail, no dia 18/04, pelo Fórum de Graduação (CAGR) do curso Serviço Social, tendo a colaboração na divulgação do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALISS) e do Programa de Educação Tutorial em Serviço Social (PET|SSO), tendo obtido a participação de todos/as os/as estudantes, totalizando 14 participantes.

4.2 O SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DE DIREITOS SOCIAIS NA EDUCAÇÃO

Pensar a relação do Serviço Social com a educação tem sido uma tarefa significativa dos/as assistentes sociais, grupos de pesquisa e extensão do Serviço Social, equipes e coletivos de profissionais com diferentes inserções no campo das políticas sociais e,

sobretudo, aqueles que cotidianamente constroem esta relação em função de uma atividade laborativa inserida nos estabelecimentos que implementam a Política de Educação.

A permanência na universidade não se limita aos auxílios financeiros, muito embora sejam fundamentais, contudo, compreendemos que as expressões da questão social que atravessam a vida de estudantes Trans desafiam o pensar e agir da gestão da universidade. Além da pobreza, as diferentes formas de violência visíveis e invisíveis (preconceitos e intolerâncias, questões de gênero, conflitos familiares, problemas de saúde mental e entre outras coisas) potencializam os processos de exclusão e afastamento desses estudantes do ambiente universitário. Por esta razão, é necessário um plano de atuação profissional para propor intervenções com políticas específicas para mudar essa realidade e cabe ao Serviço Social contribuir na viabilização e na garantia dos direitos e serviços para pessoas Trans (CFESS, 2016).

Portanto, entendemos que a permanência estudantil requer a participação do trabalho do/a assistente social, no campo da educação. Correia (2009), diz que, um profissional que preza pela universalização de acesso e bens e serviços e a riqueza construída coletivamente não podem deixar de atentar para o importante papel da comunicação na ampliação das possibilidades que os sujeitos e atores sociais podem conquistar.

Envolve também ações junto às famílias, aos professores e professoras, aos demais trabalhadores e trabalhadoras da educação, aos gestores e gestoras dos estabelecimentos públicos e privados, aos/às profissionais e às redes que compõem as demais políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais, ou seja, ações não só de caráter individual, mas também coletivo, administrativo-organizacional, de investigação, de articulação, de formação e capacitação profissional (CFESS, 2014, p. 38).

O contexto social, político econômico no qual as políticas sociais estão inseridas, entre elas a política de educação, é o da sociedade capitalista; atravessado, portanto, pelas contradições dessa sociedade “organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção” (CFESS, 2014, p. 16). A função social da educação, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetificação (CFESS, 2014, p. 16). Bisneto (2007, p. 65) complementa a ideia ao dizer que as instituições são palco da luta de classes, pois elas “não são meras formas organizativas e operacionais da sociedade, são também aparelhos econômicos, políticos ou ideológicos, que podem conduzir à exploração, à dominação e à mistificação”. Portanto, é fundamental que os profissionais do Serviço

Social – que atuam dentro de inúmeras instituições, principalmente da esfera pública – reconheçam esses espaços com intuito de formular um plano de estratégias de intervenção profissional.

Bem como, a educação é um campo transversal pelas suas múltiplas contradições, ao mesmo tempo em que possibilita a emancipação da classe trabalhadora, ela também serve para reprodução do capital. Por esse motivo,

Se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora (CFESS, 2014, p. 18-19).

Desse modo, a interação do Serviço Social na educação se dá:

Por um lado como resultado da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho (CFESS, 2014, p. 37).

Assim, a comunicação dentro do Serviço Social se torna essencial para o esclarecimento dos direitos da população estudantil, entretanto, é percebido que o uso das mídias para as percepções da questão social ainda é algo que precisa ser exercido na profissão: “A relação do profissional de Serviço Social com o processo de socialização de informações não é uma relação desprovida de fundamentos teóricos; está antes assentada nos princípios de seu Código de Ética” (ARRAIS, 2009, p. 349).

4.3 RESGATE HISTÓRICO DA INSERÇÃO DA PRIMEIRA MULHER TRANS NA UFSC E A DISPUTA PARA A INCLUSÃO DO NOME SOCIAL¹⁷

A Associação em Defesa dos Direitos Humanos (ADEH), em 2010, passou a ofertar o “Projeto de cursinho preparatório para o Enem” voltado para as pessoas Travestis e Transexuais dentro das universidades. Na época, a ADEH precisou reunir voluntários/as que dominassem os conteúdos e matérias, como português, matemática, história, geografia, biologia, física e química; tendo em vista que não tinha recursos próprios para contratar professores. O intuito era trazer o formato de cursinho pré-vestibular no contexto não escolar.

Com os resultados positivos, em 2012 a ADEH passou a discutir em conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) de que forma a população Transgênero ingressaria na Universidade, de tal forma que não sofressem violências e/ou violações, além de assegurar seus direitos no espaço universitário. Foram realizadas reuniões bimestrais na Reitoria com a Professora Joana Prado, uma das criadoras do “Fazendo Gênero” e presidente da Associação Nacional de História (ANPUH), além do Coletivo Goze¹⁸, ADEH e o grupo de estudos Margens da Psicologia coordenado na época pela Professora Maria Juracy Toneli. Esta professora foi fundamental para a inclusão do nome social¹⁹ para população Trans e Travestis na UFSC.

Nesse sentido, Patrícia Aguilera foi a primeira travesti a ingressar na UFSC pela chamada de ampla concorrência no curso de Arquivologia e também participou na construção da primeira minuta em defesa ao uso do nome social, acesso e permanência da população Trans na UFSC. Patrícia Aguilera encontrou dificuldades para inserir seu nome social no ato da inscrição da matrícula pela falta de preparo profissional dos servidores do Departamento de Administração Escolar (DAE). Estes negaram a matrícula da estudante com o uso do seu nome social. Houve também dificuldade na aceitação do seu nome social por partes dos

¹⁷ Essa seção do TCC foi elaborada a partir da conversa com a assistente social Lirous K’yo Fonseca Ávila, para fins de registro da memória histórica.

¹⁸ Era um grupo de estudantes do curso de Antropologia e Psicologia da UFSC que formavam o coletivo estudantil.

¹⁹ Na época a professora conseguiu assegurar o uso do nome social para a estudante Patrícia Aguilera¹⁹ ingressante do curso de Arquivologia em 2011. Patrícia foi à primeira mulher Trans* a se formar no curso de Graduação pela UFSC.

docentes e técnicos, principalmente porque não havia opção de registrar o nome social nas chamadas. Esses, entre outros, motivos acabaram pressionando para que a estudante desistisse; entretanto, do outro lado havia a sua rede de apoio que não a deixava desistir.

Nesse mesmo período, se tem uma movimentação para a construção de uma minuta na qual Aguilera passa a colaborar significativamente.

O documento, então, tratava-se acerca da inclusão ao uso do nome social e passa pela aprovação da Reitora na época, profa. Roselane Neckel, em ato de comprometimento para que o documento entrasse em vigor. Assim, a Minuta aprovada, passou a ser referência nacional para outras universidades do país, já que a mesma aborda de forma completa a garantia e o direito de pessoas Trans acessarem o ensino superior. Tal aprovação impactou diretamente na maior inserção de pessoas Trans e travestis nas universidades do Brasil nos anos de 2013 e 2014. Ou seja, a UFSC passa a ser a universidade com o maior número da população Trans dentro do ensino superior público.

Em 2013, a estudante Trans Lirous K'yo Fonseca Ávila, atualmente coordenadora da ADEH e Assistente Social, iniciam seus estudos no curso de graduação em Serviço Social na UFSC, com matrícula regular. Muito embora a Minuta tenha sido aprovada e única opção de reconhecimento do nome social foi à inclusão na lista de chamada como (nome) “opcional”, ou seja, o professor/a tem a opção de chamar o/a estudante pelo nome social ou civil, justamente pela falta da comunicação e divulgação da obrigatoriedade.

Em meados de 2015, os casos de perseguição e transfobia começam a se agravar e nesse mesmo período há resistência da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAes/PRAE) em compreender as particularidade desse público, como por exemplo: dificuldade em comprovar renda, moradia, vínculo familiar e entre outros, a falta desses comprovantes e documentos dificultava a conclusão do cadastro para ter acesso aos editais dos auxílios financeiros e da moradia estudantil. Resultando, portanto, na prostituição como alternativa de permanecer na universidade, já que a UFSC se isentava do seu papel encontro instituição pública, gratuita e de qualidade.

Somente em 2015 é que no Sistema de Cadastro Geral da Graduação (CAGR) da UFSC insere o “campo” de suas informações a opção de “nome social”. Atualmente, conforme mencionado nas seções anteriores, está em discussão e disputa a elaboração de uma proposta, no qual reivindica não somente o respeito ao uso do nome social, mas o acesso e a

garantia da permanência qualificada para inserção a população Trans dentro da Universidade Federal De Santa Catarina.

4.4 CARACTERIZAÇÃO DOS/AS ESTUDANTES TRANS DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Antes de fazermos a caracterização dos/as estudantes Trans do curso de Serviço Social é importante situarmos o quantitativo geral dos estudantes ingressantes no curso. Considerando que os primeiros registros de estudantes Trans no sistema CAGR/SETIC²⁰ foi no semestre de 2017, estabelecemos esse recorte temporal para um comparativo. Assim, de 2017/1 até 2023/1 o curso de Serviço Social contou com 579 estudantes no curso matutino e 477 estudantes no curso noturno, totalizando 1.056 estudantes. Em comparação quando recortamos os/as estudantes Trans que ingressaram no curso de 2017/1 até 2023/1 totalizaram 12 estudantes no curso matutino (Código 309) e apenas 3 no curso noturno (Código 339). Ou seja, o total de estudantes Trans que ingressaram entre 2017 e 2023 representou apenas 1,4% do total de estudantes do curso (Tabela 1).

Tabela 1 – Total de estudantes do curso de Serviço Social segundo ano de ingresso

Ano ingresso	309²¹	339	Geral
20171	1		1
20181		1	1
20182		1	1
20202	2	1	3
20212	3		3
20221	1		1
20222	4		4
20231	1		1
Geral	12	3	15

Fonte CAGR/SETIC (2023). Elaboração própria.

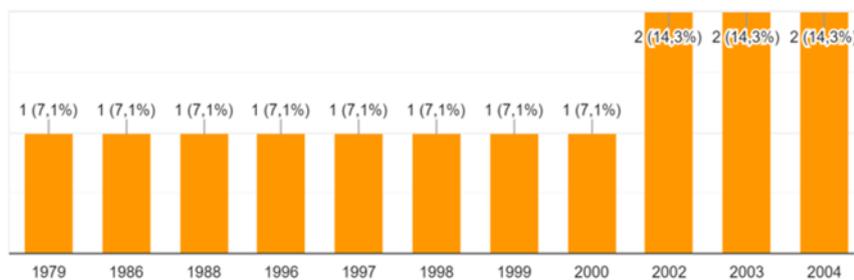
²⁰ Não significa que somente em 2017 que o curso de Serviço Social tenha recebido estudantes Trans. O fato é que, conforme veremos mais adiante nesse capítulo, a inserção do descritor “nome social” foi inserida, com limites e tardiamente nos registros do CAGR. Nesse sentido é possível que tenhamos dados subnotificados anteriormente a esse período e mesmo agora com registros que já contam com o campo do uso do nome social, o que discutiremos mais a frente. Contudo, como esses são esses os dados oficiais registrados no Sistema UFSC e, portanto, são eles que utilizaremos como referência analítica.

²¹ 309 corresponde ao curso matutino e 339 ao curso noturno de Serviço Social.

Em relação à **raça/cor/etnia** em 2023/1, 58,3% dos estudantes matriculados no curso de Serviço Social eram autodeclarados brancos e 25,2% pretos e pardos²². Quanto aos estudantes Trans, do total de participantes 64,3% (9) são brancos/as, 28,1% (4) são pretos/as e pardos/as e 7,1% (1) se autodeclara de descendência árabe. Entendendo que a violência chega para uma pessoa de forma diferente do que para outra, conforme as suas singularidades, é necessário salientar que uma pessoa Trans preta, é atravessada pela violência de forma ainda mais latente do que para uma pessoa branca; muito embora a transfobia alcance pessoas Trans de diversas formas. No dossiê de 2023, os perfis que sofrem mais ataques são “travestis e mulheres Trans [...] Têm sido elas as que se encontram em sua imensa maioria em situação de maior precarização de suas vidas”, [...] “Quando fazemos um recorte sobre pessoas Trans negras, com deficiência e/ou periféricas, esses marcadores colocam uma parcela significativa dessas pessoas em situação de alta vulnerabilidade e precarização de suas existências”.

Em relação à **faixa etária**, 21,4% (3) tem entre 35 e 44 anos, 21,4% (3) entre 25 e 27 anos e 35% (5) entre 19 e 25 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Em relação ao ano de nascimento dos/as estudantes Trans



Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

Para as Políticas Públicas de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), por lei, são considerados/as jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade (BRASIL, 2013). Esse dado é importante, pois, como aponta Nogueira e Cabral (2018, s/p), a negligência das políticas públicas no enfrentamento às desigualdades decorrentes à transfobia, colabora para que 84% da população Travesti e Transexual brasileira tenha abandonado a escola na educação básica. É certo que a inserção de estudantes Trans mais jovens no curso de Serviço Social é um fator positivo e pode ser considerado um avanço

²² Importante destacar que entre 2010/1 a 2023/1 o curso noturno teve um aumento de 71% de estudantes pretos e pardos e no curso matutino um aumento de 33% no ingresso de estudantes pretos e pardos (CAGR/SETIC, 2023).

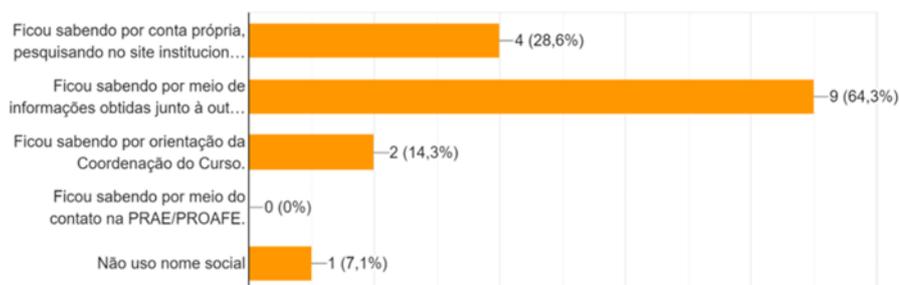
significativo. Entretanto, há que se registrar que as estatísticas (poucas) informam que a média de vida de pessoas Trans é de 35 anos e essa faixa etária ainda é pequena no curso de Serviço Social e nessa faixa etária o percentual é ainda menor, representando 3% do total de estudantes Trans matriculados no curso.

Em relação à **renda per capita familiar**, 42,9% (6) informaram que possuem renda familiar até 1 salário-mínimo (referência em dezembro de 2022: R\$ 1.212,00), 50% (7) com renda entre 1,5 a salários-mínimos e 7,1% (1) possui renda entre 3 e 5 salários-mínimos.

Diferentemente dos dados apresentados pelo curso de graduação em Serviço Social, no Brasil em geral, pessoas Trans, estão abaixo da linha de pobreza. Dados do levantamento realizado pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp), em 2022, aproximadamente 1,9% da população adulta brasileira, ou cerca de 4 milhões de pessoas, são Transgênero e/ou não binárias. Infelizmente os dados do Censo demográfico realizado pelo IBGE, não incluem perguntas sobre sexualidade e identidade de gênero. Como dito anteriormente, a falta de dados oficiais diz muito sobre o apagamento dessa população, o fato de não haver dados que caracterizem essa população, dificulta o processo analítico e as respostas públicas às demandas.

Em relação ao **uso do nome social** do total dos/as participantes, 64,3% ficaram sabendo sobre as formas de requerer o seu uso por meio de informações obtidas junto a outros/as estudantes Trans; 28,6% de estudantes ficaram sabendo por conta própria, investigando no sítio institucional, 14,3% por orientação da Coordenação do Curso; e apenas um/a estudante não faz uso do nome social. Nenhum dos/as participantes assinalaram ter buscado informações por meio de orientações da PRAE e da PROAFE (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Sobre orientações para a inclusão do nome social junto à UFSC



Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

A inclusão do nome social no ato da matrícula, muito embora seja uma conquista fundamental para o reconhecimento dos/as estudantes Trans nos espaços escolares

(universidades e escolas da educação básica), por si só não asseguram a permanência deles. Por exemplo, muito embora seja garantido a inclusão de “campo” no Sistema de Cadastro de Estudantes da UFSC, avanços precisam ser feitos inclusive nesse campo para não reforçarmos uma exclusão pela inclusão.

Na prática o sistema de informação da UFSC apresenta uma série de inexactidão. O seu Sistema de Controle Acadêmico de Graduação (CAGR), tem como função registrar todos/as estudantes matriculados/as em diversos cursos de graduação. Entretanto, para fins de dados e elaboração de relatórios da inserção da população Trans não existe um filtro/campo no Sistema que especifique a identificação desses estudantes. Atualmente o único filtro/campo associado para levantamento de dados de estudantes Trans é o campo do “nome social”; contudo o Sistema não contabiliza estudante Trans que já tenha o nome retificado, ou aqueles/as que não fazem uso do nome social, mas se autodeclaram estudantes Trans. Além disso, dados mais específicos sobre os estudantes Trans não são inseridos nos campos do CAGR, o que contribui na subnotificação. De fato, é urgente a adaptação desse Sistema para um melhor levantamento de dados e relatórios. Essa adaptação pode ser realizada por meio da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC) de forma até simples. A inclusão, por exemplo, pela SeTIC, de um campo específico como “identidade de gênero” com possibilidade para: Travestir, Mulher Trans, Mulher Cis, Homem Trans, Homem Cis e Não-Binário²³ como forma de substituir o campo “sexo” – onde se tem somente a opção feminino e masculino. Desse modo, os dados e relatório passariam a ser mais preciso e contemplariam de melhor forma a realidade do corpo estudantil.

É inegável o avanço normativo do Decreto nº 8.727 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Contudo, o campo jurídico também traz limitações no atendimento às necessidades socio-emocionais, conforme o Art. 3º:

Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos (BRASIL, 2016).

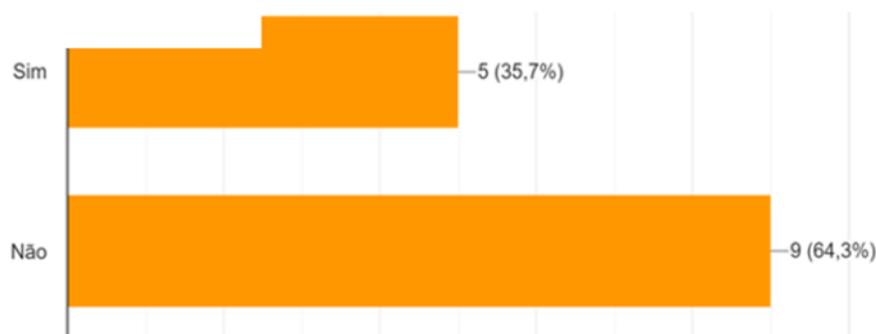
²³ *Travestis* - “Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero.” (JESUS, 2012, p. 27). II. *Transexuais (mulher/homem)* - “Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento.” (JESUS, 2012, p. 27). *Pessoas Não-binárias* - “qualquer pessoa que não se encontre no espectro binário de gênero, ou seja, que não se identifique inteiramente como homem ou mulher.” (conceito extraído do Projeto de Minuta da UFSC, 2023, p. 5).

Muito embora, haja avanço no sentido do reconhecimento do nome social e podendo o mesmo ser utilizado para fins administrativos, o fato de constar no mesmo documento a informação do “nome civil” (nome jurídico) provoca impactos subjetivos, tendo em vista que o “nome morto” que vincula o/a estudante Trans a uma realidade da qual não se reconhece o faz permanentemente lembrar daquela realidade que já não faz mais parte dele/a. É certo que há uma necessidade de se assegurar a legalidade jurídica do registro de nascimento, contudo, é possível e necessário se encontrar alternativas dentro dessa legalidade jurídica que reduza os danos em pessoas que tenham outra identidade de gênero para além da retificação de nome.

Ressaltamos sobre a importância da comunicação dos serviços prestados pelos setores de atendimento estudantil, bem como dos demais setores da gestão acadêmica da Universidade, tendo em vista que a comunicação é uma estratégia de garantia de direitos, que será discutida mais à frente. Assim, conforme Correia (2009), uma comunicação interna e externa com a linguagem atraente e clara é importante para maior reivindicação de seus direitos. Conforme dados do Gráfico 1 a maioria de estudantes pesquisados/as souberam das informações e/ou orientações sobre o uso do nome social por meio dos colegas e não institucionalmente.

Quanto à questão da **deficiência** (PCD), dos/as 14 estudantes, 35,7% (5) responderam afirmativamente, o que sugere a necessidade de apoio às diferentes necessidades para o desenvolvimento do/a estudante conforme a sua demanda, especialmente dentro do Serviço Social (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Sobre pessoas com deficiência

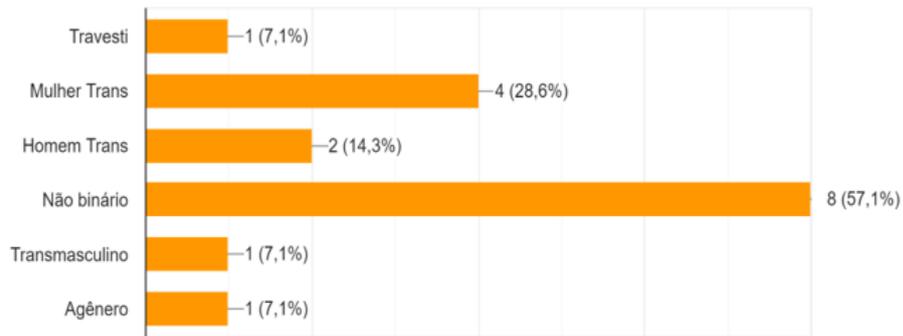


Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

Em relação à questão sobre **identidade de gênero**, a pretensão inicial da pergunta no questionário seria apenas relacionada às opções: “Mulher Trans, Homem Trans e Trans Masc”. Contudo, com realimentação dos estudantes ao pré-teste, foram adicionadas outras

opções como: Travesti, Não-binário, Agênero. Assim sendo, 51,1% se declararam Não-binários, 28,6% mulher Trans, 14,3% homens Trans e 7,1% para Transmasculino, travesti e agênero (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Sobre identidade de gênero

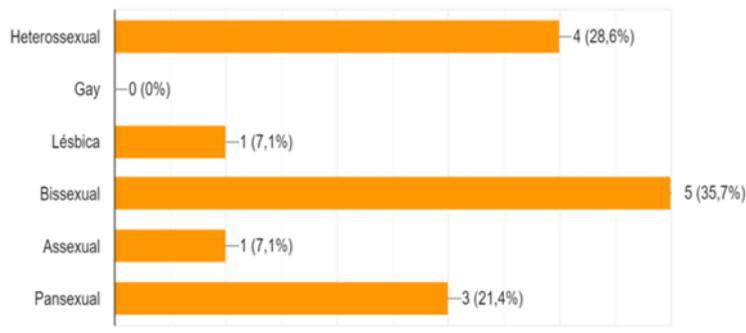


Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

É necessário abarcar outras identidades de gênero para que essa discussão possa ser o mais abrangente possível. Segundo Scott (1990, p. 21), o que é relativo ao gênero “é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Ou seja, Bastos (2021, p. 23) complementa que “a Transexualidade, travestilidade, Transgeneridade e não-binariedade (Transidentidades), [...] abrangem características e vivências orientadas pelos parâmetros sociais, bem como culturais”.

Em relação à **orientação sexual**, do total dos participantes (14), 35,7% se autodeclararam bissexual, 28,6% heterossexual, 21,4% pansexual 7,1% para lésbicas e assexual e nenhum respondente se considera gay (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Sobre orientação sexual



Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

É importante apontar a diferença entre orientação sexual com identidade de gênero. A orientação sexual é a atração sexual, romântica ou emocional, ou seja, que busque relacionamento seja com a pessoa do mesmo sexo (homossexual), sexo oposto (heterossexual), com ambos os sexos, (bissexual) ou pansexualidade que é quem se relaciona com pessoas independentemente sexo ou identidade de gênero. Já na identidade de gênero diz respeito a como se sente e se identifica.

Podemos compreender em que medida gênero e sexualidade se interseccionam na produção de efeitos e significados sociais na mesma proporção em que reconhecemos suas especificidades enquanto campos distintos – sem sobrepor equivocadamente um sobre o outro, evitando o apagamento das questões que concernem propriamente às identidades de gênero conformes à cisgeneridade hegemônica (BAGAGLI, 2017).

Institucionalmente a UFSC criou a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN). Atualmente está integrada na estrutura organizativa da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Equidade (PROAFE). A PROAFE defende como missão e visão institucional:

Missão – Promover a equidade de modo transversal na Universidade através do desenvolvimento de políticas e ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas de promoção das ações afirmativas, referentes ao ensino na educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, contratação de pessoal e gestão institucional, em articulação com as demais estruturas universitárias.

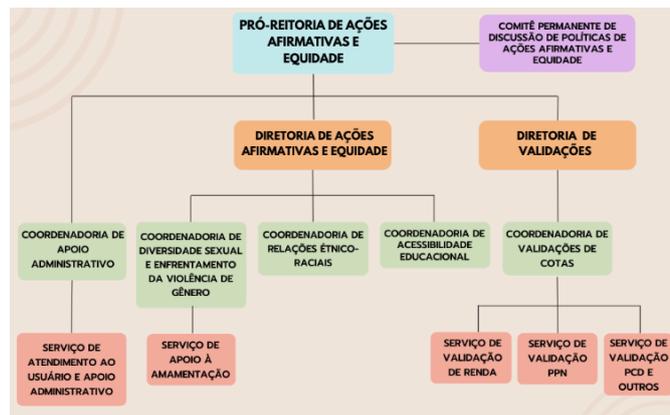
Visão – Contribuir de maneira efetiva e relevante para a democratização do acesso à educação em todos os níveis de ensino, promover a permanência, a valorização dos Direitos Humanos, a pluralidade de saberes e o enfrentamento das desigualdades na Universidade (UFSC, 2023, s/p).

Ainda em relação à PROAFE dentro de suas competências destacamos como centrais:

- Coordenar e acompanhar a execução das ações relativas à política de ações afirmativas da Universidade, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- Propor e acompanhar a execução da política de ações afirmativas da Universidade, no que se refere ao:
- Desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas às ações afirmativas na Universidade, no que tange a educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, contratação de pessoal e gestão institucional, em articulação com as demais estruturas universitárias, pautada no princípio da equidade.
- Planejar, implementar, coordenar, e consolidar Programas de Ações Afirmativas que visem ampliar condições para o acesso e a permanência, de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social e/ou integrante de comunidades tradicionais historicamente excluídos do ensino superior, com vistas a contribuir para a promoção social pela educação.

Na estrutura apresentada em seu sítio institucional a PROAFE traz seu organograma e o detalhamento das ações previstas em cada Diretorias e Coordenadorias, bem como onde se situa o “Comitê de Discussão de Políticas de Ações Afirmativas e Equidade” (Figura 1).

Figura 1 – Organograma institucional da PROAFE/UFSC



Fonte: www.proafe.ufsc.br (acessado em maio de 2023).

Muito embora a estrutura institucional da PROAFE seja recente, mais precisamente a partir da gestão (2022-2026) da Reitoria da UFSC e essa nova organização institucional tenha dado maior institucionalidade na perspectiva de uma Política Institucional Universitária para as ações afirmativas e de equidade, ainda é necessário pensar formas “corpo a corpo” para divulgação e socialização direta junto aos estudantes, para além das informações no sítio institucional. A existência de uma plataforma de comunicação virtual é importante no mundo digital na qual vivenciamos, mas é preciso certa maturidade teórico-política para compreender que as diferentes ações ali dispostas fazem parte de uma política de permanência estudantil, e muitas vezes os estudantes ingressantes, recém-saídos do ensino médio ou afastados por um tempo do convívio escolar, possam ter essa clareza.

Quando perguntamos aos estudantes em relação ao fato de conhecerem a PROAFE, 10 (71,4%) afirmaram que conheciam, 3 (21,4%) não conheciam e apenas 1 (7,1%) um(a) conhecia “mas nada aprofundado”. Em relação às ações realizadas pela CDGEN as respostas foram idênticas aquelas sobre a PROAFE. Contudo, quando perguntados/as sobre o acesso desses/as estudantes à CDGEN ou outros setores da PROAFE a maioria, 11 (78,6%) responderam que não acessaram os serviços e apenas três estudantes responderam afirmativamente. Infelizmente o formulário não perguntou de forma espontânea quais seriam as ações de conhecimento deles desenvolvidas por ambas (PROAFE e CDGEN), o que não possibilita o alcance de respostas mais precisas e qualitativas.

Importante ainda destacar que muito embora a maioria de estudantes não tenham acessado os setores da PROAFE, em especial a CDGEN, quando perguntados sobre a **transfobia** vivenciada na universidade, 11(78,6%) afirmam que já sofreram algum tipo de violência dentro da UFSC, 3 (21,1%) assinalaram que não sofreram nenhum tipo de violência até o momento. Dos 14 estudantes entrevistados/as, 7 (50%) relataram ter sofrido transfobia por parte dos colegas e 8 (57,1%) relataram ter sofrido algum tipo de violência por parte dos servidores (docentes e técnicos), terceirizados e coordenação(s). Destacamos que essa pergunta foi de múltipla escolha, assim os/as estudantes puderam assinalar mais de uma opção. Ainda sobre essa pergunta 3 (21,4%) responderam que a alternativa “não se aplicava”, referenciando que não sofreram qualquer tipo de transfobia institucional. Entretanto, quase 80% dos estudantes do curso de Serviço Social sofreram/sofrem com a transfobia institucional.

O que nos chama a atenção nos resultados encontrados, foi em relação à violência praticada por parte dos próprios colegas de curso. Quando falamos em estudantes, pensamos em um público majoritariamente jovem que certamente tem acesso a informações e ainda assim reproduzem e fomentam a violência que seguramente é o reflexo de uma sociedade estruturalmente desigual, transfóbica.

As ações de transfobia vivenciada dentro da instituição geram vários entraves, interferindo na permanência. Existem outras formas de violência dentro da universidade que vão para além do desrespeito ao pronome pessoas. Questões como o uso de banheiros por estudantes Trans de forma igualitária e os constrangimentos dentro da sala de aula reproduzido por colegas e professores.

Segundo Iazzetti (2021), em sua tese de doutoramento, há uma “sofisticação” da transfobia dentro da universidade. Ou seja, a violência com pessoas Trans dentro da universidade parece ser mais “sutil” e menos agressivo, além de ser velada quando comparado com a violência parental e social de modo geral.

Embora o local onde se estuda no interior da universidade lhe garanta certa segurança em relação a agressões físicas e verbais – e lhe permita, nesse sentido, expressar sua identidade de gênero e exibir seu corpo livremente (‘desfilando, tô na passarela’) – isso não pode ser dito de outros espaços da universidade e seus arredores, tal como o local onde reside, que se reveste desses riscos e perigos. Ao mesmo tempo, a ‘opressão dentro da universidade’ é dada de modos sutis, mas não menos violentos (IAZZETTI, 2021, p. 246).

Para além dos casos mais perceptíveis como os citados acima, também existe um processo de adoecimento associado à transfobia emergida pelo ambiente universitário, voltado para a questão emocional, como: solidão, sensação de não pertencimento ao espaço

universitário, desafios de acompanhar as aulas e as disciplinas, falta de apoio pedagógico mais eficaz, além de toda violência e processo vivenciado no cotidiano da realidade concreta, que vai além dos muros da universidade, e que certamente interferem na aprendizagem desses estudantes.

Jesus (2012) enfatiza que a exclusão estrutural, consiste na dificuldade e no impedimento de acesso aos direitos, como: mercado de trabalho, uso de banheiros, além das relações de ameaças, agressões e assassinatos em decorrência da identidade de gênero.

Ainda sobre as respostas em relação à transfobia vivenciada pelos estudantes do curso de Serviço Social, um outro dado nos chama a atenção, quando a transfobia foi identificada pelos/as estudantes vinda dos/as professores do curso. Dos 14 respondentes, 7 (50%) informaram ter sofrido transfobia por professores e técnicos administrativos (TAE) e destes 5 (71,4%) corresponderam aos professores. Muito embora o curso de Serviço Social não seja composto exclusivamente por assistentes sociais, eles são em sua maioria.

Segundo o nosso Código de Ética profissional, aprovado por meio da Resolução nº 273, em 13 de março de 1993, entre os 11 princípios que regem a conduta profissional, destacamos:

Reconhecimento da liberdade, como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Posicionamento em favor da equidade e justiça social (...); Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993) Grifo nosso.

Ao entendermos que docentes e técnicos administrativos integram a ossatura material do Estado (POULANTZAS, 2000), a transfobia referenciada pelos/as estudantes, constitui-se em violência institucional, e mais preocupante ainda quando falamos do corpo docente que tem em seu projeto ético-político a defesa intransigente da liberdade e contrária a todas as formas de opressão. Almeida e Lacerda complementam afirmando (2021, p. 237) que:

as violências transfóbicas são vistas como ações esporádicas e pontuais e não como um fenômeno alicerçado no ponto de vista institucional, entretanto ao passo que se atomiza as práticas de subjugação social, a omissão das instituições também demonstra dificuldade em endossar o debate sobre gênero e sexualidade na esfera pública, ao ponto de negar o conjunto de saberes e conhecimentos que a própria universidade produz.

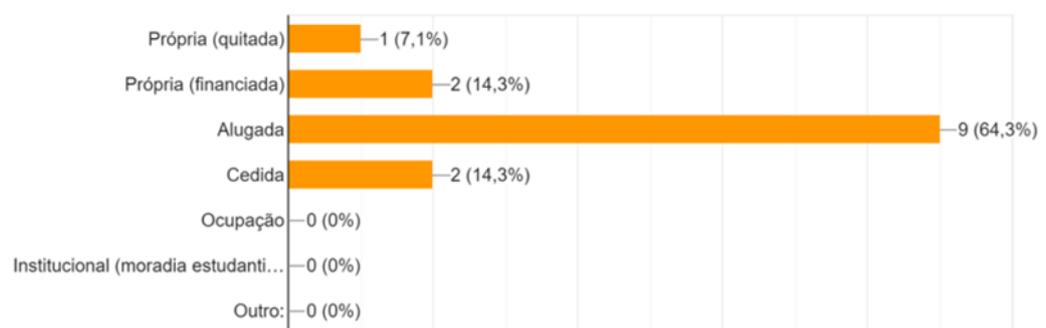
Chauí (2003) nos apresenta aspectos importantes acerca da universidade pública que queremos, sendo essa na perspectiva da democratização, dentre elas, citamos. a) tomar a

educação se colocando claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização (na qualidade de direito, ela deve ser universal); b) pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes trabalhadora, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos. Esses são aspectos centrais para uma universidade e um curso que busca assegurar uma universidade pública, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

4.5 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E PEDAGÓGICOS DOS/AS ESTUDANTES TRANS

Em relação aos aspectos socioeconômicos relativos à moradia, em Florianópolis, do total dos/as participantes, 64,3% moram de aluguel, 14,3% estão em casa própria (financiada) ou cedida e 7,1% estão em casa própria (quitada) (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Sobre a situação de moradia



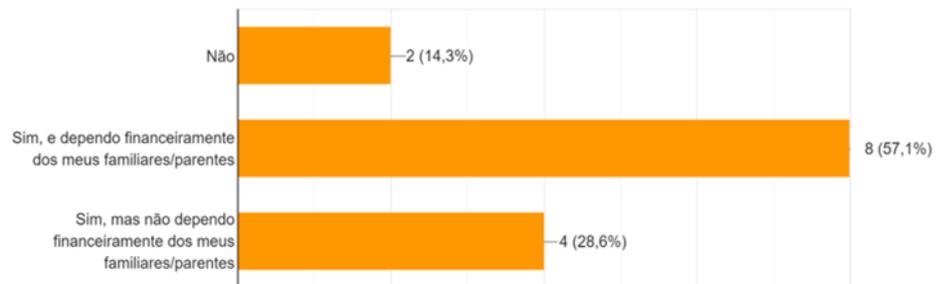
Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

Para compreender melhor sobre as condições de moradia de quem está em casa cedida, é preciso uma entrevista mais detalhada, o que essa pesquisa não alcançou. Contudo, Iazzetti (2021) aponta a saída precoce de casa por pessoas Trans, movida por conflitos e expulsões compartilhadas entre o público Transmasculinidades, Transfeminilidades e não-binaridades, embora essa violência seja distribuída de modos distintos. Como dito em capítulos anteriores, a ANTRA (2022) traz em seu relatório sobre a possibilidade de adolescentes Trans que são expulsos muito cedo de suas casas e as drásticas consequências por trás do abandono e emancipação obrigatória.

Em relação ao **vínculo familiar**, 57,1% responderam afirmativamente e que dependem da ajuda financeira de seus familiares/parentes para se manterem na UFSC e 28,6%

têm vínculo familiar e/ou parental, muito embora não dependam deles para se manter na cidade, por fim somente 14,6% responderam que não tem aproximação afetiva ou financeira com familiares (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Sobre a dependência financeira da família



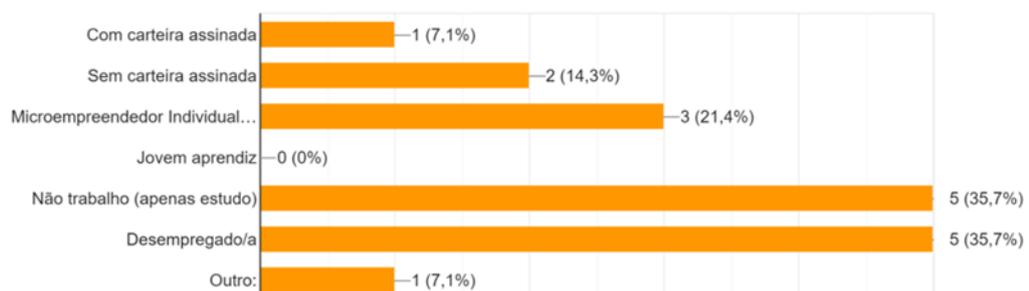
Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

Ainda no aspecto renda e família perguntamos se a renda do/a estudante contribui para o sustento familiar, 35,7% informaram não possuir renda própria, 28,6% responderam que sua renda é a principal no sustento da família, 14,3% informaram que sua renda não é a principal e que a utilizam apenas para despesas individuais.

Em relação ao **trabalho e emprego**, 35,7% dos/as estudantes declararam não trabalhar (apenas estudam), 21,4% se consideram microempreendedor individual (MEI), ou seja, trabalha de forma autônoma, 14% trabalham sem carteira assinada, aqui cabe destacar, a modalidade de *free lancer* como uma forma de trabalho e sustento, conhecida popularmente como “bico”

Segundo dados do IBGE (2020), 3,8 milhões de pessoas trabalharam de forma informal em 2020 e 17% delas adotaram as plataformas digitais como Uber, IFood e *Rappi* para trabalhar. O trabalho informal são as atividades produtivas executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista (FÁTIMA; SILVA, 2006). Dos respondentes, apenas 7,1% trabalham com carteira assinada e/ou outros (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Sobre trabalho/emprego



Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

O papel social da Universidade e a adoção de ações afirmativas para pessoas Trans e travestis é uma realidade em 15 instituições de ensino superior no Brasil, que têm se comprometido em promover medidas específicas voltadas para o acesso permanência desse grupo no ensino superior, como o caso da UFBA, UFSB, UNEB, UFPE, dentre outras (IBTE, 2019).

Em relação ao **apoio pedagógico** quando perguntados/as se sabiam o que faz o Programa Institucional de Apoio Pedagógico (CAAP/PIAPE), do total de participantes, 64,3% responderam que sim e esses mesmos estudantes informaram conhecer as atividades de apoio pedagógico oferecidas pelo PIAPE. Apenas um/a estudante Trans não soube responder.

Quando questionados sobre a procura pelos serviços do PIAPE, 57,1% afirmaram que já haviam acessado ao menos uma vez. Nessa direção esses mesmos estudantes consideraram a necessidade de continuar recebendo apoio pedagógico para melhor desempenho acadêmico e 14,3% não souberam responder.

Em relação às principais necessidades pedagógicas apontadas, 21,4% têm dificuldades em se relacionar com colegas e/ou docentes; 14,3% alegaram necessidade por defasagem no ensino fundamental e/ou médio, 14,3% afirmaram outros motivos, 7,1% veem necessidade ao apoio pedagógico por motivos da didática/forma de condução das aulas, sobrecarga – difícil conciliação entre trabalho/estudos/filhos/outros (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Sobre as necessidades acadêmicas



Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

Importante identificar alguns fatores apontados pelos estudantes Trans que se relacionam com demandas de apoio acadêmico. Insistimos nesse ponto sobre a importância do apoio pedagógico como uma das estratégias (certamente não a única) no sentido de assegurar

a permanência estudantil, evitando assim a evasão escolar. Muito embora não seja exclusivo às demandas para os estudantes Trans, entendemos que a preocupação com esse segmento se configura urgente e necessário em razões histórico-estruturais, sociais e culturais que têm afastado os estudantes de territórios periféricos e trabalhadores; e os estudantes Trans se incluem nessas categorias.

Segundo documento elaborado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996), foram identificados fatores de caráter interno às instituições, específicos à estrutura e dinâmica de cada curso, ou de caráter externo a elas, relacionados a variáveis econômicas, sociais, culturais, ou mesmo individuais que interferem na vida universitária dos estudantes (Quadro 1).

Quadro 1 - Fatores internos e externos ligados à evasão

Fatores internos ligados ao curso	Fatores externos ligados ao estudante
<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura • Corpo docente (relação educador-educando) • Disciplinas e conteúdos (organização curricular, metodologia de ensino, carga horária, estágio) • Assistência estudantil Assistência pedagógica..... 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha do curso • Problemas de ordem pessoal/familiar • Problemas socioeconômico • Conciliar trabalho com estudo • Problemas socioemocionais • Contexto de pandemia (Desigualdade social + pandemia).....

Fonte: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996. Elaboração própria.

Os fatores apresentados pela Comissão Especial da ANDIFES coincidem com as dificuldades apresentadas pelos estudantes Trans participantes da pesquisa (Gráfico 9). O documento complementa dizendo que:

(...) uma série de fatores que, isoladamente ou inter-relacionados (...) seguramente contribuem para que os estudantes abandonem seus cursos de graduação. Devem eles ser classificados em três ordens; em primeiro lugar, aqueles que se relacionam ao próprio estudante; em segundo, os relacionados ao curso e à instituição; finalmente, os fatores sócio-culturais e econômicos externos. Grande parte deles se interrelacionam estreitamente. As escolhas pessoais são influenciadas por fatores externos tais como o prestígio social da profissão, as possibilidades de desenvolvimento profissional ou a força da tradição ou das pressões familiares, de nenhum modo desprezível. Igualmente forte é o peso dos fatores intra-universitários, grandemente desencorajadores em muitos casos (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996, p. 26-27).

A evasão significa a saída definitiva do curso de origem, sem concluí-lo, por situações diversas. Entre as formas de evasão temos: abandono, desistência, transferência ou exclusão (Quadro 2).

Quadro 2 – Descritores de evasão segundo a Resolução 17/CUn/1997

Descritores de Evasão			
Abandono	Desistência	Transferência ou re-opção	Exclusão
Art. 47 – O estudante deixa de se matricular e se torna com situação irregular (Resolução 17/Cun/1997)	Cancela oficialmente sua matrícula junto ao DAE	Art. 90 – transferência interna do curso de SSO para outro curso dentro da UFSC ou para outra IES (Resolução 17Cun/1997)	Por norma institucional. Art. 59 – jubramento; Art. 65 – desligamento; Art. 68 – eliminação; (Resolução 17/Cun/1997)

Fonte: Resolução 17/CUn/1997. Elaboração própria.

Ao considerar os dados do CAGR/SETIC (2023) em relação a evasão, considerando o abandono e a desistência, é possível verificar que entre 2017 e 2020 o curso de Serviço Social teve 334 estudantes que evadiram do curso, ou seja, 74% foram referentes ao abandono e 26% desistiram formalmente do curso. O abandono é um indicador importante ao considerarmos que a entrada em um curso superior e em uma das principais universidades do Brasil (UFSC) é desejada por muitos estudantes. Quando esse estudante abandona sem sequer formalizar junto às instâncias da administração escolar é realmente preocupante, pois pode indicar um possível desalento (Tabela 2).

Tabela 2 – Abandono e desistência segundo ano de ingresso no Serviço Social

Ano ingresso	Abandono	Desistência	Total
20171	35	17	52
20172	42	8	50
20181	26	7	33
20182	30	10	40
20191	22	14	36
20192	37	9	46
20201	20	10	30
20202	35	12	47
Total	247 74%	87 26%	334

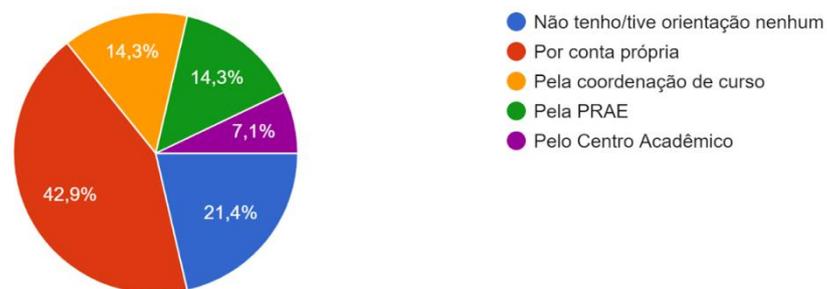
Fonte: CAGR/SETIC (2023). Elaboração própria.

Ao considerar que a realidade dos/as estudantes Trans é atravessada por diferentes barreiras que acabam por potencializar seu processo de exclusão e conseqüentemente a evasão, as ações de permanência devem considerar os diferentes aspectos sociais, econômicos, culturais e, portanto, a preocupação com a aquisição de maiores informações na perspectiva longitudinal desses estudantes permitirá uma maior qualidade no atendimento às demandas e necessidades objetivas e subjetivas para sua permanência na universidade e nos cursos escolhidos.

4.6 O QUE PENSAM OS ESTUDANTES TRANS SOBRE OS DESAFIOS INSTITUCIONAIS À PERMANÊNCIA

Em relação às orientações institucionais recebidas sobre as ações de permanência, 6 (42,9%) estudantes responderam que ficaram sabendo por conta própria, 3 (21,3%) informaram que não receberam nenhuma orientação e sequer conhecem as ações, 2 (14,3%) estudantes se reportaram à Coordenação do curso de Serviço Social, 14,3% (2) estudantes receberam as informações pela PRAE/CoAEs e uma/a estudante por intermédio do CALISS. Ou seja, apenas 28,5% (4) estudantes respondentes receberam as orientações e informações pelos setores institucionais (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Sobre às orientações institucionais à permanência estudantil



Fonte: Dados da pesquisa (2023). Elaboração própria.

É certo que as formas de divulgação das ações são realizadas de diferentes formas e a descrição dos setores organizacionais, seus objetivos, público-alvo e ações relacionadas a cada setor são importantes contribuições que se somam às formas de acesso às informações, entre elas as ações de permanência. Contudo, serão elas suficientes?

Quando perguntados sobre os principais desafios institucionais para a permanência dos estudantes Trans na universidade 28,6% (4) deles alegaram que o maior desafio atualmente é a questão voltada ao aspecto socioeconômico (relacionados à renda, moradia e trabalho), (3) 21,4% alegaram dificuldades no ambiente acadêmico, pois esse tem sido desfavorável em razão de racismo, homofobia, transfobia, assédios, exclusão, entre outros, (2) 14,3% alegaram questões relacionadas à saúde física, mental e socioculturais (necessidade de adaptação à nova dinâmica da vida universitária).

Os/As estudantes apontam desafios que se traduzem em possíveis alternativas a se somarem nas ações de permanência, visando um maior alcance e compreensão por parte deles, em especial aos estudantes Trans. Do total dos participantes três estudantes apontaram a necessidade de permanente comunicação e informação sobre os serviços ofertados e que eles não devem ser apenas disponibilizados pelos sítios institucionais. É necessário que os setores institucionais (Coordenadorias das Pró-Reitorias, dos Cursos de graduação) tenham ações permanentes tendo em vista que semestralmente entram novos estudantes na universidade (Quadro 3).

Quadro 3 – Ações que fortaleçam a comunicação e informação aos estudantes

- *“Ter uma boa inclusão informativa, muitos estudantes não fazem ideia de vários acessos de direito delus e alguns não buscam ajuda simplesmente por não saber que tem direito a isso ou até que essa ajuda”.*
- *“Grupos de apoio e, principalmente, divulgação. Divulgar os trabalhos que oferecem seria ótimo”.*
- *“Mais divulgação nas políticas anti-transfobia”.*

Fonte: Pesquisa do TCC (2023).

Os/as estudantes (3) também sinalizaram a necessidade de permanente capacitação por meio de cursos, palestras para servidores técnicos e docentes, estudantes e terceirizados, para que se amplie o diálogo sobre uma maior conscientização ao combate da transfobia na UFSC (Quadro 4).

Quadro 4 – Ações relacionadas à oferta de cursos de capacitação aos servidores (docentes e TAEs), estudantes e terceirizados

- *“Capacitação para professores e servidores voltada para o combate à transfobia Obrigatoriedade em respeitar o uso de nome social mesmo em pessoas que ainda não realizaram a retificação, a implementação do hábito em professores e técnicos perguntarem e se certificarem a respeito dos pronomes utilizados pelos estudantes”.*
- *“Acredito que informar aos professores quando possuir uma pessoa Trans e falar sobre os pronomes”.*
- *“Acredito que uma política de palestras, cursos, sobre uso dos pronomes, respeito e existência de pessoas Trans seja muito importante”.*

Fonte: Pesquisa do TCC (2023).

Outro desafio importante e necessário é a ampliação apontada por (5) estudantes, em relação à reservas de vagas/cotas específicas para estudantes Trans, além da ampliação dos auxílios oferecidos pela PRAE, relacionados à: bolsa permanência; auxílio moradia; moradia estudantil e ademais benefícios assistenciais (Quadro 5).

Quadro 5 – Ações relacionadas à reserva de vagas e ampliação do alcance dos benefícios de assistência estudantil

- *“Precisamos de ações afirmativas para ingresso na graduação e pós-graduação e benefícios para permanência”.*
- *“Instituir de cotas para pessoas Trans/travestis; ampliação do número de vagas para os benefícios da PRAE já existentes e criação de novos benefícios focados na população Trans”.*
- *“Expandir a moradia estudantil”.*
- *“Maior acesso às políticas de permanência estudantil, suporte psicológico, entre outros”.*
- *“Creio que além de permitir a entrada precisamos garantir à permanência estudantil ‘de nós’ na UFSC, pois é muito difícil permanecer na Universidade ganhando muitas vezes 500 reais ou nem, isso sendo que vivemos numa cidade muito cara”.*

Fonte: Pesquisa do TCC (2023).

Proposta também sinalizada por (2) estudantes seguiram no sentido de que a Universidade precisa ter um mapeamento quanti-qualitativo permanente dos/as estudantes Trans que ingressam e permanecem no curso, visando uma maior aproximação à realidade e necessidades acadêmicas, econômicas, sociais e sócio-emocionais. A partir das informações obtidas, na perspectiva longitudinal, sobre esses estudantes, será possível uma maior qualidade no atendimento às demandas e necessidades objetivas e subjetivas para sua permanência na universidade e nos cursos escolhidos (Quadro 6).

Quadro 6 – Ações relacionadas ao mapeamento quanti-qualitativo dos/as estudantes Trans

- *“Uma forma mais eficiente de identificar pessoas Trans na comunidade acadêmica (o uso do nome social no CAGR não engloba vários casos, como o meu, que uso meu nome de registro, e ficamos de fora da estatística); além de priorizar GÊNERO ao invés de SEXO na matrícula e cadastro de estudantes”.*
- *“Formas de mapeamento da gente enquanto estudantes Trans na universidade para implementar políticas públicas”.*

Fonte: Pesquisa do TCC (2023).

Apontaram ainda os (3) estudantes, para a necessidade de ampliar as campanhas contra a Transfobia (Quadro 7).

Quadro 7 – Ações relacionadas à realização de campanhas frequentes contra a transfobia

- *“Políticas de combate a transfobia mais recorrente na universidade e no curso”.*
- *“Freiar as radfãs. E trazer mais visibilidade com campanhas a população Trans em todos os âmbitos da universidade”.*
- *“Mais divulgação nas políticas anti-transfobia”.*

Fonte: Pesquisa do TCC (2023).

E por fim (2) estudantes Trans sinalizaram a necessidade de maior preparo e/ou qualificação dos/as profissionais que atuam nos setores institucionais (Quadro 8).

Quadro 8 – Ações de qualificação para setores da Universidade

- *“É preciso que haja pessoas interessadas e capacitadas para que possam de fato lidar com as demandas trans”.*
- *“A UFSC não é preparada para receber pessoas trans. De fato, não indico estudar nesta instituição.”*

Fonte: Pesquisa do TCC (2023).

Quando falamos sobre permanência, concordamos com Lacerda e Almeida (2023, p. 241) ao dizer que:

Nas questões de acesso e permanência, o nome social funciona como ‘gambiarra política (...) ou solução paliativa para o direito básico de acesso às instituições de educação, considerando que a discriminação transfóbica é um impeditivo da permanência de indivíduos trans. Sendo assim, o nome social é a porta de entrada para os demais direitos sociais, mas ele, isoladamente, não garante a permanência na educação superior.

Como dito em capítulos antecedentes a esse, existe atualmente um “Projeto de Minuta”²⁴ em discussão e elaboração para ações de acesso e, sobretudo, de permanência qualificada para o público Trans da UFSC. Nesse sentido, o documento (Projeto de Minuta) apresenta soluções às questões que os/as estudantes participantes dessa pesquisa apontaram; visto que as demandas trazidas por eles/as podem representar também demandas de outros/as estudantes matriculados em outros cursos. Por essa razão, a Minuta traz apontamentos que vai

²⁴ Esta Minuta segue em construção com a PRAE, PROAFE, PROGRAD e corpo estudantil – público-alvo para essa Política.

além da reserva de vagas para os/as candidatos/as. Entre os pontos identificados e apresentados na proposta destacamos algumas que preveem ações de permanência:

Artigo 9º: A UFSC se comprometerá com a promoção de campanhas de conscientização para toda a comunidade universitária, sobre respeito às identidades de gênero e suas especificidades (“nome social”, “pronome”, “retificação do nome civil”, entre outras);

Artigo 10º: A UFSC oferecerá os/as servidores, técnicos administrativos e docentes, qualificação permanente sobre o atendimento da população contemplada por esta política no ambiente universitário;

Artigo 11º: Garantia de reserva de vagas para pessoas contempladas pela política nos editais de habitação/moradia estudantil, seguindo os critérios do Edital do Programa Moradia Estudantil estabelecido pela PRAE;

Artigo 12º: Garantia de prioridade ao acesso aos programas assistenciais da Assistência Estudantil da UFSC, após a devida comprovação de pertencimento ao público-alvo desta política, através da comprovação de renda bruta familiar per capita de até 1,5 Salários Mínimos, via Cadastro PRAE ou validação de renda;

Artigo 20º Garantir a identificação de gênero nos formulários de ingressos, matrículas, cursos e demais cadastros da universidade com o objetivo de facilitar o mapeamento do público-alvo da política com foco na visibilização e reconhecimento das diferenças (Projeto de Minuta UFSC) *Grifo nosso*.

Vale lembrar, que o documento utilizado para este trabalho em andamento passou por modificações e que, portanto, poderá ainda sofrer novas alterações até sua finalização. Ressaltamos que essa Minuta se configura um passo significativo na construção de uma política de ações mais efetivas e eficazes; muito embora muitas ações precisem ainda de avanços e melhorias para a maior inserção da população Trans no ensino superior, em especial na UFSC.

Devemos pensar a Universidade sempre pela ótica de quem usufrui dela, discutir e criar ações e políticas que sejam assertivas para o corpo estudantil. Fazer política só por fazer, não traz avanços nem para comunidade acadêmica e nem para a população Trans. É necessária a construção e materialização de uma política que supra as demandas advindas dos estudantes e que prepare esses estudantes à sua formação acadêmico-profissional. A universidade é um espaço de construção e reconstrução, e acima de tudo deve ser universal, gratuita e de qualidade para todos/as aqueles/as que assim desejam inserir nela.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse TCC buscamos responder à questão central da pesquisa sobre “Qual a percepção dos/as estudantes Trans regularmente matriculados/as na graduação da Universidade Federal de Santa Catarina em relação às suas necessidades para a permanência estudantil, as ações institucionais necessárias para assegurar de forma integrada a sua permanência e os desafios para assegurar sua permanência na Universidade?”.

Para tanto foi necessário um aprofundamento nas discussões referente ao acesso e permanência no ensino superior público brasileiro com recorte na evasão escolar e os impactos na permanência, além das políticas de acesso e permanência na universidade pública no contexto nacional. Também foi preciso fazer uma aproximação com o surgimento das universidades públicas brasileiras desde a sua gênese até a atualidade, na pretensão de expor as expressões da questão social que permeiam e desafiam a inserção de estudantes Trans na Universidade.

A pesquisa empírica de base quanti-qualitativa contou com a participação de todos/as os/as estudantes (14) Trans matriculado/as no curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no semestre de 2023/1. Foram feitas perguntas, para a identificação da percepção dos/as estudantes em relação à: caracterização do/a estudante, escolarização e ingresso na UFSC, aspectos familiares, emprego/renda e trabalho, conhecimentos relacionados aos setores e serviços da UFSC, bem como, a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CoAEs/PRAE-UFSC); a Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAAP/PIAPE-UFSC); e a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero (CDGEN-PROAFE).

A partir da análise e discussão dos achados empíricos sobre as ações e desafios institucionais para a permanência de estudantes Trans no ensino superior, foi possível trazer elementos que convergem com as iniciativas que estão em andamento na universidade.

Contudo, os dados desse estudo sugerem que a transfobia nas instituições de ensino desde a educação de base até o superior, incluindo a UFSC, encontra-se de forma latente, principalmente entre servidores (docentes e Técnicos Administrativos em Educação) e contínua devido às primícias do padrão hetero-cis-normativo que é imposto pela sociedade, ocasionando a exclusão de corpos diferentes no ambiente educacional, e na UFSC e no curso de graduação em Serviço Social não são diferentes.

Também foi discutido ao longo desse TCC sobre os impactos na falta de direitos e a não garantia quando não acessados, dos estudantes Trans. Contudo, é necessário e urgente que

os discursos sobre a garantia de direitos a todos/as, conforme prevê a CF 88 (sem distinção de classe social, credos religiosos, gêneros e outros) sejam materializados e amplamente conhecidos por todos/as os/as seus/as destinatários/as, ou seja, os/as estudantes e em especial, nesse estudo, os/as estudantes Trans da UFSC.

Os resultados apresentados se somam ao debate já iniciado institucionalmente pela UFSC e que precisa ser fortalecido no âmbito do curso de Serviço Social, extensivo é claro aos demais cursos da UFSC. Somente com ações concretas que cheguem efetivamente aos seus destinatários: os/as estudantes Trans da UFSC e do curso de Serviço Social, poderemos compreender que a Universidade Federal de Santa Catarina está no processo de uma universidade socialmente referenciada e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luma Nogueira de ordem normativa. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acessado em 20 abr. 2023.
- ANTRA. Associação Nacional de Transexuais e Travestis. **Precisamos falar sobre o suicídio de pessoas Trans!** 2018. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-Trans/>. Acesso em: 04 fev. 2023.
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Nome. **Nota da ANTRA sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas Trans.** Antrabrasil.org.br, 2020. Disponível em: 17 de dez de 2020. <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-Trans/>. Acesso em: 22 de dez de 2022.
- ANTRA **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-daviolc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acessado em 26/05/2020.
- ANTRA. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais.** Recuperado em 17 de abril de 2023, de <https://antrabrasil.org/>.
- ANTUNES, P. P. S.. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013. <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/12364/1/Pedro%20Paulo%20Sammarco%20Antunes.pdf> Acessado: 20 de abril de 2023.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita. Desigualdades Educacionais. In: ZIMERMAN, Artur (Org.). **Os ‘Brasis’ e suas Desigualdades.** 1a. ed. São Bernardo, 2017.
- ARRAIS, Dianna Figueiredo. Cultura midiática e Serviço Social: uma convivência necessária. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Mídia, questão social e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2009. (p. 344-357).
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Orientação sexual na identidade de gênero a partir da crítica da heterossexualidade e cisgeneridade como normas.** Letras Escreve, Macapá, v. 7, n. 1, p. 137-164, 2017. 1º Semestre.
- BASTOS, Elisani de Almeida. A idade chega para todas as pessoas? Interloquções entre Trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social. 2022. 110 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PGSS0280-D.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.
- BUTLER, Judith (2011). **Vida precária. Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, (1), 13-33.

BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BRUYNE, P., HERMAN, J., & SCHOUTHEETE, M. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: **os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BOHM, A. M. **Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2009. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29931> Acessado em: 17 de abril de 2023,

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**, Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, ed. Ver. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Recuperado em 7 de abril de 2023, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Lei nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Recuperado em 13 de abril de 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012. Recuperado em 13 de abril de 2023. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

IBTE. Instituto Brasileiro Trans de Educação. **As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes Trans no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://observatorioTrans.org/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Lei n. 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

CAETANO, E.F.S; CAMPOS, I.M.B.M. **A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias**. Revista Brasileira de Educação v. 24 e 240043, 2019.

CASTRO, P.C; SOUZA, T.S; SÁ, S. **Evasão no ensino superior: mapeamento de cursos licenciaturas da Universidade Federal de Goiás**, Revista EDAPECI São Cristóvão (SE) v.18, n.3, p.45-60 set/dez. 2018.

CAVAIGNAC, Mônica D. COSTA, Renato M.P. da. Serviço Social, **Assistência Estudantil e “Contrarreforma” do Estado**. In: revista Temporalis. Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. **Série Trabalho e Projeto Profissional nas políticas sociais**. Brasília: CFESS, 2014.

CORREIA, Cláudia. Desafios da comunicação para o Serviço Social. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Mídia, questão social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 358-374).

COSTA, Marisa Vorraber. **Currículo e pedagogia em tempos de proliferação da diferença**. In. XIV ENDIPE. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas. Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 24, n. 0, p. 5-15, 5 out. 2023.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. *Cedes: Educ.Soc.*, Campinas, v. 113, n. 31, p. 1223-1245, out. 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade e a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 151 p. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 07 abr. 2023.

GAIOSO, N. P. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. 2005. 75 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, Antônio C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed, São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Seminário Internacional as minorias e o direito, **Série Cadernos do CEJ**, v. 24. Brasília: Cjf, 2003. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/>. Acesso em: 25 abr. 2023.

FÁTIMA, Juvêncio José de; SILVA, Duarte Maria de Fátima da. **O trabalho informal de fabricantes de prancha de surfe: uma análise das condições de saúde e trabalho**. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano.*, 2006.

IBTE. Instituto Brasileiro Trans De Educação. **As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes Trans no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://observatorioTrans.org/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. ABESS. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. p 25, ano 2009.

INEP. Mais de 400 travestis e transexuais usarão nome social no Enem 2016. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/07/mais-de-400-travestis-e-transexuais-usarao-nome-social-no-enem-2016>. Acesso em: 09 maio 2023.

INEP. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior, 2021. Brasil. Disponível em: [apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf](#). Acesso: 01 mai de 2023.

IAZZETTI, Brume. Existe ‘universidade’ em pajubá?: Transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas Trans*. 2021. 311 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas., Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. 2. ed. Brasília: Revista e Ampliada., 2012. 42 p. Disponível em: <https://www.diversidadesesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2023.

LACERDA, Milena Carlos de; ALMEIDA, Guilherme. Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 232-247, 20 mar. 2020. 1º Semestre de 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/exclus%C3%A3o%20de%20pessoas%20trans%20no%20ES.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2023.

LANZ, Letícia. **Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser**. Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades, Salvador, v. 1, n. 5, p. 205-220, 10 jun. 2016. Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/17188-Texto%20do%20Artigo-57852-1-10-20160717.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

LOURO, G. L.. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, 2000, v. 25 (2), pp. 59-75.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L.. Gênero, sexualidade e educação: **uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, Maria C. de S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MARSIGLIA, Regina M. G. **Orientações básicas para pesquisa**. In: MOTA, Ana E. et. al. Org. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez 2009.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; CABRAL, Euclides Afonso (Org.). **DOSSIÊ: A carne mais barata do mercado**. Observatório Trans, Uberlândia (MG), 2018. Disponível em: <http://observatorioTrans.org>. Acesso em: 25 mai. 2023.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder e o Socialismo**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

OMS, Organização Mundial de Saúde. **Constituição da Organização Mundial da Saúde** (OMS/WHO) - 1946. Nova Iorque: 22 jul. 1946. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf Acessado em 18 abr. 2023.

RIBEIRO, Jheniffer; NASCIMENTO, Vivian. Cotas para pessoas Trans: **Apenas cinco universidades públicas destinam vagas a pessoas Trans**. A Gênero e Número. São Paulo, p. 01-04. 20 mar. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/artigos/universidades-publicas-cotas-Trans-travestis/>. Acesso em: 04 maio 2023.

RODRIGUES, André F. **Como elaborar artigos**. São Paulo: Humanitas, 2011.

SCOTE, Faustino Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. Perspectiva: **Revista do Centro de Ciências da Educação**, Florianópolis, v. 38, p. 01-25, 25 jun. 2020.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

TONELI, Maria Juracy Filgueira. BONASSI, Bruna Camilo. AMARAL, Marília dos Santos. Queiroz, Mariana Amaral de. Vulnerabilidade mapeadas, Violências localizadas: Experiências de pessoas travestis e Transexuais no Brasil. **Quaderns de Psicologia**, v 17, n 3, p 83-89, 2015.

UFSC. **UFSC regulamenta política permanente de saúde mental**. 2022. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2022/05/ufsc-regulamenta-politica-permanente-de-saude-mental/>. Acesso em: 01 maio. 2023.

VASCONCELOS, Fábio R S. **Evasão Escolar de alunas travestis e Transexuais**. In: Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade. Rio Grande: FURG, 2018. Disponível em <https://seminariocorpo generosexualidade.furg.br/images/arquivo/250.pdf>. Acesso em 19 abr.2023.

APÊNDICE A – Questionário aos participantes da pesquisa

TCC: A Permanência de Estudantes Trans do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC.

Esse formulário tem como objetivo o Trabalho de Conclusão de Curso da estudante Júlia Vitória, graduando pelo curso de Serviço Social, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Título da Pesquisa: “Desafios Institucionais à permanência de Estudantes Trans da Universidade Federal de Santa Catarina”. A pesquisa será realizada pela estudante Júlia Vitória dos Santos Silva, sob orientação da professora Dra. Andréa Márcia S. Lohmeyer Fuchs, para fins da realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

2) **Objetivo principal da pesquisa:** “Analisar, a partir da percepção dos estudantes Trans da graduação Serviço Social e dos documentos institucionais, quais são as ações necessárias no campo da permanência estudantil no ensino superior.”

3) **Motivo para a realização da pesquisa (justificativa):** A justificativa de pesquisar a permanência estudantil está atravessada pela aproximação com a temática durante a graduação, a identificação do problema e a relevância do estudo. Além disso, na metade da graduação em serviço social, me deparei com a permanência estudantil na experiência de estágio supervisionado em Serviço Social.

A partir dessa vivência, pude ampliar os conhecimentos sobre a educação superior e a permanência estudantil no que se refere aos estudantes Trans, favorecendo e contribuindo fortemente para a escolha do tema. É sabido que assegurar o acesso não é suficiente para que a universidade cumpra sua função pública de acesso a todos que desejarem entrar no ensino superior, é fundamental ações institucionais que assegurem a permanência durante a formação acadêmica.

Outro ponto importante é a relevância social da pesquisa. A pesquisa será feita com foco num contexto universitário específico, e seus resultados poderão trazer subsídios para a gestão universitária pensar e planejar política de permanência estudantil ampliada, com base nas demandas advindas desses estudantes.

4) **Procedimentos metodológicos da pesquisa:** quanto aos procedimentos metodológicos de coleta e análise dos dados organizamos em 3 etapas:

etapa 1: a) Nesta etapa exploratória da pesquisa será realizada a aplicação de questionário para o maior número de estudantes Trans que estão regularmente matriculado no curso de graduação de Serviço Social na Universidade de Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa contará com alternativas elaboradas de assinalar;

etapa 2: b) Sistematização e análise das informações obtidas nos questionários, que serão inseridas em planilha Excel, para facilitar a tabulação das informações obtidas;

etapa 3: c) Elaboração e finalização do Trabalho de Conclusão de Curso.

Contato das responsáveis pela pesquisa:

Estudante: juliavitoriadss@gmail.com

Orientadora: andrea.fuchs1966@gmail.com

:::

*

Diante dos esclarecimentos acima, declaro está ciente e forneço meu consentimento livre e esclarecido como voluntário (a) da pesquisa: "A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES TRANS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC" realizada pela estudante de Serviço Social Júlia Vitória dos Santos Silva, sob a coordenação da professora do curso de Serviço Social da UFSC, Dra. Andréa Márcia Santiago Lohmeyer Fuchs.

Assinando este Termo de Consentimento, estou ciente de que:

- a) terei liberdade de negar a minha participação em qualquer fase, sem qualquer prejuízo à minha pessoa;
 - b) será mantido absoluto sigilo e privacidade em todas as fases da pesquisa, dos dados pessoais enquanto participante da pesquisa; e os resultados da pesquisa preservará o sigilo, sendo os resultados utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, incluindo a publicação na literatura científica especializada e a participação em eventos científicos;
 - c) não terei benefícios diretos com a minha participação na pesquisa, mas estarei contribuindo para a produção de conhecimento científico que poderá trazer benefícios para melhoria das ações político-pedagógicas institucionais visando a permanência de estudantes Trans na Graduação.
 - d) serei indenizado/a, pelos pesquisadores responsáveis pela pesquisa, pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei e ressarcido das despesas diretamente decorrentes da participação na pesquisa;
 - e) terei a assistência dos pesquisadores responsáveis, enquanto participante da pesquisa, em razão e eventuais danos imateriais, durante o período que se fizer necessário para o exaurimento do presente dano, desde que devidamente comprovada e documentada a relação do prejuízo com a participação na pesquisa;
 - f) não terei a identidade identificada em nenhuma fase da coleta de dados (entrevistas semiestruturadas e/ou questionários respondidos). As informações permanecerão em poder da pesquisadora e coordenadora e não serão divulgadas parcial e nem mesmo integralmente após a realização da pesquisa;
 - g) poderei entrar em contato sempre que necessário com as seguintes pessoas: Júlia Vitória dos Santos Silva – estudante pesquisadora – pelo telefone: (48) 99682-2937 ou email: juliavitoriadss@gmail.com.
- Andréa M. S. L. Fuchs – Professora coordenadora da pesquisa:
andrea.fuchs1966@gmail.com e andrea.fuchs@ufsc.br. Telefones: (48) 37213812, (48) 990066787.
- h) obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a minha decisão de autorizar a minha participação na referida pesquisa.

Sim

Não

Bloco 1 - Caracterização do/a participante

Descrição (opcional)

Em relação às primeiras orientações para o procedimento de inclusão do Nome Social junto à * UFSC:

- Ficou sabendo por conta própria, pesquisando no site institucional da UFSC.
- Ficou sabendo por meio de informações obtidas junto à outros estudantes trans.
- Ficou sabendo por orientação da Coordenação do Curso.
- Ficou sabendo por meio do contato na PRAE/PROAFE.
- Outros...

Ano de Nascimento *

Texto de resposta curta

Cor/Raça/Etnia *

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Quilombola
- Outros
- Outros...

É uma Pessoa com Deficiência? *

- Sim
- Não

Identidade de gênero *

- Travesti
- Mulher Trans
- Homem Trans
- Não binário
- Outros...



Orientação sexual *

- Heterossexual
- Gay
- Lésbica
- Bissexual
- Assexual
- Pansexual
- Outros...

Identidade de gênero *

- Travesti
- Mulher Trans
- Homem Trans
- Não binário
- Outros...



Orientação sexual *

- Heterossexual
- Gay
- Lésbica
- Bissexual
- Assexual
- Pansexual
- Outros...



Situação da moradia: *

- Própria (quitada)
- Própria (financiada)
- Alugada
- Cedida
- Ocupação
- Institucional (moradia estudantil, casa de apoio/acolhimento, albergues entre outros)
- Outro:

Bloco 2 - Sobre escolarização , Ingresso na UFSC e curso frequentado

Descrição (opcional)

⋮

Modalidade na educação básica: *

(ensino fundamental e médio)

- Ensino fundamental e médio em escola pública
- Ensino Fundamental e médio em escola particular
- Ensino fundamental e médio misto (uma parte na rede pública e outra em rede particular)
- Supletivo, ENCCEJA ou Educação de jovens e adultos (EJA)
- Escolas indígenas ou quilombolas
- Outro:

Possui outra graduação? *

- Sim.
- Não.
- Outros...

Bloco 3 - Aspectos familiares

Descrição (opcional)

:::

Possui **vínculos** familiares/parentais? *

- Não
- Sim, e dependo financeiramente dos meus familiares/parentes
- Sim, mas não dependo financeiramente dos meus familiares/parentes

Tem filhos/as ou dependentes? *

- Não
- Sim, de criança, adolescente e/ou adulto dependente
- Sim, de adultos independentes
- Sim, de criança, adolescente e/ou adulto dependente e adultos independentes
- Outro

Renda familiar per capita *

(É a soma da renda individual de cada familiar, dividido pelo número total familiares. Se não reside com a família e não possui dependência financeira dela, responda apenas de acordo com sua renda individual. (não considere bolsas/auxílios da universidade).

- Até 1 salário mínimo (referência em dezembro de 2022: R\$ 1.212,00)
- Acima de 1 salários-mínimos até 1,5 salário-mínimo
- Acima de 1,5 SM até 3 SM
- Acima de 3 salários-mínimos até 5 salários-mínimos
- Superior a 5 salários-mínimos

...

Sua renda contribui para o sustento familiar? (para essa questão considere bolsas/auxílios da * universidade)

- Não tenho renda
- Não, é apenas para necessidades individuais
- Sim, é a principal renda (ou uma das principais) para o sustento familiar
- Sim, mas não é a principal renda para o sustento família
- outro

Bloco 4 - Sobre trabalho/emprego

Descrição (opcional)

...

Em relação a trabalho/emprego *

- Com carteira assinada
- Sem carteira assinada
- Microempreendedor Individual (MEI)
- Jovem aprendiz
- Não trabalho (apenas estudo)
- Desempregado/a
- Outro:

Em relação a outras atividades remuneradas *

- Não se aplica
- Estágio
- Bolsista de ensino, pesquisa ou extensão (PIBE, PET, PIBIC, monitoria e extensão)
- Outro:

...

Carga Horária de trabalho/atividade *

- Não se aplica
- Igual ou inferior a 4 horas diárias
- Entre 4 e 6 horas diárias
- Entre 6 e 8 horas diárias
- Superior a 8 horas diárias
- Outros...

Bloco 5 - Sobre a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CoAEs/PRAE-UFSC)

Descrição (opcional)

Possui cadastro na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (cadastro PRAE) ou Programa de Assistência Estudantil para Estudantes Indígenas e Quilombolas (PAIQ)? *

- Não possuo cadastro PRAE ou PAIQ
- Possuo cadastro PRAE ou PAIQ deferido
- Possuo cadastro PRAE ou PAIQ com pendências (expirado, indeferido, aguardando documentação, entre...

:::

Em relação aos programas da PRAE/UFSC, é beneficiário/a: *

- Não recebo nenhum benefício da PRAE
- Auxílio creche
- Auxílio Moradia
- Moradia Estudantil
- Bolsa PAIQ Bolsa Permanência
- Isenção Restaurante Universitário (RU)
- Isenção curso extracurricular de idiomas
- Isenção de atividades esportivas
- Programa assistencial – Estudantes internacionais
- Apoio à apresentação de trabalhos científicos
- Apoio à participação coletiva em eventos
- Outro:

:::

Ainda em relação ao benefício da PRAE: *

- Não solicitei benefício por meio de editais
- Não fui contemplado, mesmo tendo participado dos editais
- Fui contemplado parcialmente nos editais que solicitei
- Fui contemplado totalmente nos editais que solicitei
- Outros...

Bloco 6 - Sobre a Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAAP/PIAPE-UFSC)

Descrição (opcional)

Você sabe o que faz o Programa Institucional de Apoio Pedagógico?

- Sim
- Não
- Outros...

:::

Você conhece as atividades ofertadas aos estudantes pelo PIAPE? *

- Sim
- Não
- Outros.....

Em alguma vez você já acessou os serviços ofertados pelo CAAP/PIAPE - UFSC? *

- Sim
- Não

Ainda sobre o apoio pedagógico: *

- Vejo/vi necessidade de receber apoio pedagógico para melhor desempenho acadêmico
- Não vejo/vi necessidade de receber apoio pedagógico
- Não sei responder

:::

Se possui/possuiu necessidades acadêmicas, cite possíveis motivos *

- Não se aplica
- Devido ao ensino remoto
- Defasagem do ensino fundamental/médio
- Didática/forma de condução das aulas Sobrecarga – difícil conciliação entre trabalho/estudos/filhos/ou...
- Grau de dificuldade do curso em relação aos conteúdos
- Dificuldade em se relacionar com colegas e/ou docentes
- Organização acadêmica
- Muito tempo longe dos estudos
- Dificuldade de Leitura/interpretação de texto
- Apresentação de trabalhos acadêmicos
- Elaboração/escrita de trabalhos acadêmicos
- Outro:

Bloco 7 - Sobre a Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento de Violência de Gênero (CDGEN-PROAFE)

Descrição (opcional)

Você sabe o que faz a Coordenadoria de Ações Afirmativas e Equidade?

- Sim
- Não
- Outros...

:::

Você já ouviu falar ou conhece as ações ofertadas pela CDGEN? *

- Sim
- Não
- Outros...

Em alguma vez você já acessou os serviços ofertados pela CDGEN/PROAFE- UFSC? *

Sim

Não

Em caso afirmativo por qual(ais) situação(ões)

Texto de resposta longa

...

Em relação a transfobia institucional? *

Sim, já fui vítima

Não, nunca fui vítima

Em caso de transfobia institucional vivenciada: *

Não se aplica

Por parte dos docentes e/ou coordenadorias

Por parte de estudantes

Por parte de servidores e/ou técnicos

Por parte de trabalhadores terceirizados

Outro



Bloco 8 - Sobre Permanência Estudantil

Descrição (opcional)

Em relação às orientações institucionais sobre permanência estudantil e suas diferentes ações, você ficou sabendo de que forma?

- Não tenho/tive orientação nenhum
- Por conta própria
- Pela coordenação de curso
- Pela PRAE
- Outros...

Quais são os desafios para a sua permanência na universidade atualmente? *

- Não se aplica
- Socioeconômicos (relacionados à renda, moradia e trabalho)
- Pedagógicos (relacionados a necessidades acadêmicas e rendimento escolar)
- Socioculturais (necessidade de adaptação à nova dinâmica da vida universitária)
- Relacionados à saúde (física e mental)
- Relacionados à qualidade do ensino prestado (projeto pedagógico do curso, relação docente e discente, ...)
- Relacionados ao ambiente acadêmico desfavorável (racismo, homofobia, transfobia, assédios, exclusão, ...)
- Relacionados ao ambiente familiar desfavorável (violência doméstica, conflitos familiares, desmotivação, ...)
- Relacionados ao suporte jurídico institucional
- Individuais (falta de identificação com o curso/universidade/profissão, decisões pessoais sobre carreira, ...)
- Outro:

De acordo com sua perspectiva, quais as ações indispensáveis para que a UFSC possa ter uma Política de Permanência efetiva, considerando sobretudo incluindo os estudantes Trans na UFSC? *

Texto de resposta longa

APÊNDICE B – Minuta em Revisão

MINUTA EM REVISÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO – TRINDADE – CEP: 88040-900 – FLORIANÓPOLIS
 – SC
 TELEFONES: (48) 3721-9522 – 3721-9661 – 3721-4916 E-mail:
conselhos@reitoria.ufsc.br

**PROPOSTA DE MINUTA DE RESOLUÇÃO A SER SUBMETIDA AO
 CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFSC.**

(MINUTA EM REVISÃO)

Dispõe sobre políticas afirmativas de acesso, permanência qualificada, saúde e segurança para população de pessoas que se auto-declararam travestis e transexuais pertencentes à Universidade Federal de Santa Catarina e dá outras providências.

O/A PRESIDENTE/A DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), no uso de suas atribuições, tendo em vista o que deliberou este Conselho em sessão realizada XXXXXX, conforme Parecer nº XXXXXX, constante do Processo nº XXXXXXX, e considerando: <https://cta.ifsc.edu.br/como-configurar-o-windows-para-usuarios-com-baixa-visao>

- a) A Resolução Normativa nº 145/2020/CUn, aprovada em 27 de outubro de 2020, a qual estabelece a política de ações afirmativas nos cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) na Universidade Federal de Santa Catarina.
- b) A Resolução 59/2015/CUn, aprovada em 13 de agosto, que dispõe sobre o direito ao uso do nome social para pessoas trans na UFSC nos registros acadêmicos e processos internos.
- c) Considerando o Decreto nº 8.727 de 28 de abril de 2016 que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- d) A missão institucional da Universidade de compromisso social que se pauta pela perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática, bem como pela defesa da qualidade de vida do cidadão.
- e) UFSC possui como valores a inclusão e a pluralidade em suas ações, de

MINUTA EM REVISÃO

- modo a respeitar a diversidade e superar qualquer desigualdade, preconceito, exclusão ou discriminação no ambiente universitário.
- f) O papel das políticas afirmativas com a finalidade de reverter tendências históricas de desvantagem de grupos sociais excluídos, em áreas como a educação e o emprego (JESUS, 2016).
 - g) A garantia de uma educação pública para todas (todos/todes) eminentemente livre, laica e plural pautada em valores democráticos, inclusivos e de respeito à diversidade, como prevê os art. 206 e 207 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) e o art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996).
 - h) A importância de democratizar o acesso aos espaços públicos e o papel da Universidade na promoção pedagógica de um espaço-vivência plural, inclusiva e que valorize a diferença, como sinaliza o art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).
 - i) A autonomia didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira de que goza a Universidade, por força do disposto no art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).
 - j) V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018, apontou que a porcentagem de estudantes trans graduandos no país é de 0,2%, ressaltando a necessidade da adoção de políticas de ações afirmativas, no nível da graduação.
 - k) A realidade da exclusão e vulnerabilidade social de grande parte de pessoas trans e travestis no Brasil atravessada por situações de expulsão familiar, transfobia institucional nos diversos espaços sociais, recusa de emprego no mercado formal de trabalho, e sem acesso equânime à saúde, cidadania e garantia de direitos. (BARBOSA; SILVA, 2016; JESUS, 2016; SCOTE, 2017; LSN, 2018; NOGUEIRA, 2018).
 - l) Há doze anos consecutivos o Brasil é o país que mais mata pessoas travestis e trans no mundo, segundo o *Trans Murder Monitoring* ("Observatório de Assassinatos Trans").
 - m) A importância da implementação de medidas que, "[...] ao invés de conceber políticas públicas de que todos seriam beneficiários, independentemente da sua raça, cor ou sexo, o Estado possa levar em conta esses fatores na implementação das suas decisões, não para prejudicar quem quer que seja, mas para evitar que a discriminação, que inegavelmente tem um fundo histórico e cultural, [...], finde por perpetuar as iniquidades sociais", conforme Joaquim B. Barbosa Gomes (2003, p. 93);
 - n) As ações afirmativas como uma legítima "[...] forma jurídica para se superar o isolamento ou a diminuição social a que se acham sujeitas as minorias", e que "figura também como meta das ações afirmativas a implantação de uma certa „diversidade“ e de uma maior „representatividade“ dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada", como aponta Joaquim B. Barbosa Gomes (2003, p. 95, 97);

MINUTA EM REVISÃO

- o) As ações afirmativas como medidas especiais e temporárias que buscam compensar um processo discriminatório, e que objetivam acelerar o processo de redução das desigualdades com o alcance da igualdade substantiva dos grupos vulneráveis, como é o caso da população transexual e travesti;
- p) A 3ª diretriz do Plano Nacional de Educação que estipula a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; e ainda a meta 14 de elevação do número de matrículas na Pós-Graduação;
- q) A invisibilidade e o pequeno acesso à universidade entre a população dissidentes em identidade de gênero além de interditar sistematicamente a cidadania desse grupo, dificulta as possibilidades de ascensão social, o que retroalimenta o ciclo de desigualdade social e submissão à prostituição ou subempregos como alternativas para a sobrevivência, como assinala Fausto Delphino Scote (2017);
- r) A demanda do Movimento organizado de pessoas dissidentes em identidade de gênero por ações afirmativas nos processos seletivos da graduação e dos programas de pós-graduação, por acesso e permanência qualificada.
- s) A importância de reconhecer a humanidade e a cidadania da população trans e travesti e o papel fundamental das Ciências Sociais na produção do pensamento crítico que se reverbera em políticas públicas para grupos marginalizados e que sofrem desigualdades, preconceitos e discriminações

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre políticas afirmativas para população de pessoas dissidentes em identidade de gênero pertencentes à Universidade Federal de Santa Catarina e dá outras providências

Art. 2º A presente política tem por objetivo alcançar/contemplar o seguinte público-alvo:

- I. Travestis - "Pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhece como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero." (JESUS, 2012, p. 27).
- II. Transexuais (mulher/homem) - "Termo genérico que caracteriza a pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento." (JESUS, 2012, p. 27).
- III. Pessoas Não-binárias - "qualquer pessoa que não se encontre no espectro binário de gênero, ou seja, que não se identifique inteiramente como homem ou mulher." (CAE, ano ? p.5)
- IV. Intersexo - pessoa que possui variação de caracteres sexuais incluindo cromossomos, gônadas e/ou órgãos genitais que dificultam sua identificação como totalmente feminino ou masculino. Essa variação pode envolver ambiguidade genital, combinações de fatores genéticos e aparência.

MINUTA EM REVISÃO

CAPÍTULO I
DO ACESSO

Art. 3º O acesso aos cursos de graduação ocorrerá em processo seletivo específico, regido por edital regular, com ingresso anual, respeitando-se:

I – 1,5% das vagas ociosas, ouvida a Coordenação do curso correspondente, no conjunto dos cursos de graduação da UFSC;

II - 1,5% das vagas presentes em editais destinadas a Admissão por Transferências e Retornos;

III - O total das vagas ociosas será distribuído mediante edital específico, respeitando as categorias abaixo:

- a) Renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos;
- b) Egressa de escola pública;
- c) Membros de outros povos e comunidades tradicionais;
- d) Raça e etnia;
- e) Pessoas em situação de privação de liberdade ou egressa do sistema prisional;
- f) Pessoas com deficiência;
- g) Ampla concorrência.

IV - Após o processo seletivo será feita a análise documental pelas Comissões de Validação das Ações Afirmativas;

V - Para a análise relacionada a dissidência de gênero serão designadas Comissões específicas, conjuntamente pela SAAD, com portaria específica para esta finalidade;

VI - Para a análise relacionada a Comissão de Validação da autodeclaração será designada Comissão específica pela SAAD, com portaria para esta finalidade;

VII - A Comissão de Validação da autodeclaração será composta por pelo menos cinco pessoas, garantindo a representação de:

- a) Movimentos locais de pessoas trans e/ou estudantes trans e/ou travestis, regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFSC;
- b) Servidores técnicos-administrativos, preferencialmente que atuam junto às políticas de ações afirmativas da UFSC;

Parágrafo Único: Serão realizados cursos de formação para as/os membros das Comissões de Validação da autodeclaração.

Art. 4º O acesso de pessoas dissidentes em identidade de gênero aos Programas de Pós-Graduação ocorrerá por meio reserva de vagas definida pela Resolução Normativa nº 145/2020/Cun.

MINUTA EM REVISÃO

Art. 5º A reserva de vagas em concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e processos seletivos para substituição de docente, no âmbito da administração pública da Universidade Federal de Santa Catarina, será destinada ao público ao qual se destinada a presente política na proporção de 1% (um por cento) do total de vagas ofertadas no âmbito de cada categoria, previstos nos editais de abertura dos concursos públicos ou processos seletivos providos durante todo o período de validade do concurso;

Parágrafo único: o percentual de 1% de que trata este artigo, aplicar-se-á sempre que o número de candidatas/os a serem nomeadas/os ou contratadas/os for igual ou superior a oito.

Art. 6º Quando o número de vagas reservadas por força da incidência do percentual previsto no artigo 5º resultar em fração, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art.7º Poderão concorrer às vagas reservadas à população da qual trata esta resolução, cabendo-lhes autodeclararem essas identidades no ato da inscrição.

Art.8º Caberá à universidade constituir as Comissões de Validação da autodeclaração, via SAAD/CDGEN, para análise dos procedimentos requeridos ao ingresso no serviço público, com a finalidade de reconhecer a veracidade da Autodeclaração.

§ 1º A Comissão referida no "caput" deste artigo será composta com, no mínimo;

- I- uma/um representante de organização da sociedade civil que tenha em suas finalidades o combate da discriminação e/ou a promoção dos direitos da população Trans;
- II- uma/um estudante trans que esteja regularmente matriculada/o nos cursos de graduação e pós-graduação.
- III- Uma/um professora/or que tenha relação direta com as questões que envolvem esse segmento populacional.
- IV- Uma/um técnica/o que tenha relação direta com as questões que envolvem esse mesmo segmento.

CAPÍTULO II DA PERMANÊNCIA

Artigo 9º A permanência da qual tratará a presente política é compreendida a partir do modelo de uma Permanência Qualificada que compreende a criação de mecanismos que articulem a inserção de pessoas trans, travestis e não-binárias, suas necessidades como grupo, bem como a garantia de um espaço acolher e respeitosos com as diferenças. (JESUS, 2016).

MINUTA EM REVISÃO

Artigo 9º A UFSC se comprometerá com a promoção de campanhas de conscientização para toda a comunidade universitária, sobre respeito às identidades de gênero e suas especificidades ("nome social", "pronome", "retificação do nome civil", entre outras),

Artigo 10º A UFSC oferecerá os/as servidores, técnicos administrativos e docentes, qualificação permanente sobre o atendimento da população contemplada por esta política no ambiente universitário via PROGRAD, PRODEGESP e SAAD.

Artigo 11º Garantia de reserva de vagas para pessoas contempladas pela política nos editais de habitação/moradia estudantil, seguindo os critérios do Edital do Programa Moradia Estudantil estabelecido pela PRAE.

Artigo 12º Garantia de prioridade ao acesso aos programas assistenciais da Assistência Estudantil da UFSC, após a devida comprovação de pertencimento ao público-alvo desta política, através da comprovação de renda bruta familiar per capita de até 1,5 Salários Mínimos, via Cadastro PRAE ou validação de renda.

Parágrafo Único: Obrigatoriedade avaliação técnica especializada a respeito da análise de composição familiar desse público.

Artigo 13º Garantir reserva de vagas nos editais de bolsas PILOT, extensão, estágio (PIBE) e outras que possam ser ofertadas.

Artigo 14º Oferta de acolhimento institucional qualificado, via SAAD/CDGEN, articulado à rede de apoio existentes (municipal e/ou estadual) quanto à saúde, assistência social, trabalho, Conselho Municipal LGBT e órgãos de atendimento às pessoas contempladas pela política na UFSC;

Artigo 15º Monitoramento e acompanhamento das denúncias e situações de violências de transfobia recebidas por meio da Segurança Institucional, Ouvidoria e Corregedoria, realizado pela SAAD/CDGEN.

Artigo 16º Qualificação permanente da equipe de terceirizadas/os/es (segurança, limpeza, atendimento, etc.) para trabalhar as especificidades de abordagem, situação de violência, utilização dos espaços institucionais (banheiros, etc) e intervenções de proteção social para população dessa política.

Artigo 17º Garantir o direito à igualdade sem discriminações abrangendo a identidade e/ou expressão de gênero no que diz respeito aos princípios de dignidade da pessoa humana, inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra, de acordo com a ADI 4275 julgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no reconhecimento das identidades de gênero visando garantir o respeito a essas mesmas identidades ao permitir o acesso aos banheiros de acordo com sua auto afirmação de gênero.

Artigo 18º Criar banheiros da diversidade, abrangendo todos os campi da UFSC e espaços de uso coletivo, com o objetivo de atender estudantes que não se identifiquem com os gênero feminino ou masculino, identifiquem-se com ambos ou nenhum deles, visando garantir o respeito a essas identidades e seu direito de cidadania.

Artigo 19º Deve ser garantido o uso de vestiários, alojamentos e demais espaços de acordo com a identidade de gênero de cada pessoa.

MINUTA EM REVISÃO

Artigo 20º Garantir a identificação de gênero nos formulários de ingressos, matrículas, cursos e demais cadastros da universidade com o objetivo de facilitar o mapeamento do público-alvo da política com foco na visibilização e reconhecimento das diferenças.

Artigo 21º Os casos omissos a esta Resolução serão analisados pela SAAD, PROGRAD, PROPG, DAE e setores que mantenham contato direto com estudantes na universidade.

Art. 22 ºEsta regulamentação poderá ser revisada conforme novas normatizações ou demandas institucionais, sendo composta uma comissão.

Art. 23º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

EM REVISÃO

